Figura 1: Residência de Paulo Duarte em 1977
Agência Estado

"[...] em torno da fria mesa de granito, um de nós – quem poderá saber qual de nós? – falou na perpetuação daquela roda numa organização brasileira de estudos de coisas brasileiras e de sonhos brasileiros".

(Paulo Duarte, Mário de Andrade por ele mesmo)

CAPÍTULO 1

ANTES DA PRÉ-HISTÓRIA: CAMINHOS E PRÁTICAS

1.1 - Paulo Duarte – Perfil e início da trajetória

A trajetória que impeliu Paulo Duarte à pesquisa pré-histórica, em São Paulo nas décadas de 50 e 60 do século XX, decorreu de caminhos e práticas exercidas nos decênios de 20 e 30 pelo próprio jornalista e por um grupo de intelectuais que comungavam de ideais convergentes dos quais ressalta-se: a formação de recursos humanos aptos e responsáveis pela organização do Estado, o qual através da cultura[14] construiria uma nação civilizada[15].

As realizações políticas e culturais exercidas por este grupo de intelectuais estabeleceu parâmetros para o posterior desenvolvimento de ações em prol da preservação patrimonial, da implantação de instituições culturais e promoção de importantes transformações nas concepções de acesso à cultura, tais constatações concerniram, principalmente, aos estudos arqueológicos.

O estudo da conformação das mentalidades destes intelectuais decorrente desse período conturbado - entremeado por revoluções e disputas partidárias acrescido da identificação de elementos diversos relacionados à formação e atuação de Paulo Duarte como jornalista, deputado e assessor jurídico da prefeitura de São Paulo - revelou uma das portas deste intrincado labirinto de caminhos e práticas que introduziu Paulo Duarte nos estudos pré-

---

[14]Com base nas idéias de vários autores Joseph Ballart discorreu sobre a heterogeneidade de teorias que conceituam a cultura. Ballart realiza a distinção entre cultura e manifestação cultural, a primeira se daria no âmbito das idéias e da informação enquanto que a manifestação cultural seria a transmissão das idéias que se realizaria através de atos e artefatos (BALLART, 1997: 15). Para Paulo Duarte, a cultura seria "[...] a soma dos conhecimentos e atividades de um grupo humano [...]" (DUARTE, 1985: 207). A definição de cultura destes autores apresentou-se de forma mais generalizada e não estabeleceu amplas distinções entre os conceitos literário ou antropológico de cultura.

[15]Trabalho com o conceito de nação na perspectiva de Benedict Anderson que a interpreta à partir de sistemas culturais e não através da escolha consciente de ideologias políticas. Anderson define nação como: "[...] una comunidad política imaginada como inherentemente limitada y soberana''(ANDERSON, 1993: 23). Dessa forma, os nacionalismos "[...] son artefactos culturales de una clase particular" (ANDERSON, 1993: 21). Portanto, nação e nacionalismo como artefatos culturais e politicamente imaginados têm construções diversificadas em um dado local e período, ou seja, são conceitos construídos historicamente. No caso aqui em foco, a nação foi compreendida por estes intelectuais como uma entidade civilizada, ou seja, "[...] o cada vez maior afastamento da animalidade [...]"(DUARTE, 1985: 207). Esta definição aproxima-se da antropológica. No entanto, ao abordar a questão em um outro contexto, Duarte definiu que a consciência de civilização se faz pela cultura humanística, instrução e educação popular. Portanto, neste caso parece que estas conceituações são complementares. A última abordagem encontra-se em: Unicamp – CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: Contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista com Paulo Duarte 1976-1984 na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo aos deputados.

históricos. Portanto, o foco deste capítulo resultou da análise dos projetos de vanguarda instituídos neste período e as implicações que estas experiências denotaram aos estudos arqueológicos.

O paulistano Paulo Alpheu Junqueira Monteiro Duarte nasceu em 16/11/1899 e foi criado na cidade de Franca, onde estudou no Instituto Champagnat. As dificuldades financeiras, a preocupação do pai Hermínio Duarte com o estudo dos cinco filhos e a proposta de um novo emprego na cidade de São Paulo foram fatores determinantes para a volta da família à capital. No Colégio São Bento, em 1913, Paulo Duarte iniciou os estudos no primeiro ano ginasial (PASSOS, 1984; MENDES, 1994).

Em 1919, Paulo Duarte ingressou no jornal "O Estado de São Paulo" como revisor e conviveu com personalidades eminentes tornando-se repórter do noticiário do Palácio e das Secretarias por intermédio de Amadeu Amaral. As dificuldades econômicas e o emprego no órgão de imprensa não permitiram que o jornalista cursasse a Faculdade de Medicina. No entanto, em 1921, Paulo Duarte entrou para a Faculdade de Direito na qual se formou. O interesse de Duarte pela Antropologia Geral data deste período.

Em 1928, o jornalista se interessou pela Antropologia Criminal incentivado pelo Professor Gama Cerqueira ministrante de Criminologia ou Direito Penal. No início de suas pesquisas na penitenciária contatou José Morais Melo, que exercia as funções de psiquiatra e acreditava, como Duarte, que o crime era uma enfermidade social e, portanto, deveria receber um tratamento de Medicina Social. Ambos criticavam a tortura de criminosos pelos policiais e os castigos na solitária, bem como os métodos empregados com os prisioneiros, pois, "Esses homens saíam muito mais doentes do que quando haviam entrado na penitenciária"[16].

O estudo dos detentos realizado em profundidade encaminhou Duarte para os estudos científicos, o jornalista relatou que: "Isso me animou profundamente, e me mostrou as belezas das pesquisas científicas, das investigações de laboratório e de campo"[17].

Em 1934, como Secretário Geral da Prefeitura de São Paulo, Paulo Duarte integrou uma comissão nomeada pelo interventor Armando Salles de Oliveira para "[...] estudar a

---

[16] Unicamp – CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 12/04/1977, pp. 4.

[17] Unicamp – CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 12/04/1977, pp. 3. No livro Os mortos de Seabrook Paulo Duarte narrou mais detalhadamente estes fatos e apontou como responsáveis pelo falta de concretização do projeto do Instituto Criminal, além dos interesses políticos, "[...] o pouco interesse do governo, ante a indiferença pela idéia desde o seu surgimento" (DUARTE, 1976: 90).

reforma de assistência aos criminosos". A pretendida transformação do sistema penitenciário, segundo Duarte, trouxe resistências pelo "adiantamento", ou seja, a inovação apresentada[18].

Paulo Duarte viu na instituição correcional a possibilidade de aproveitamento científico e cultural e a melhoria das condições dos detentos:

> E o único intuito que tive, trabalhando afanosamente vários meses para organizar uma coisa digna de S. Paulo, foi aproveitar, científica e culturalmente, um material precioso, uma instalação aparatosa e cara, desperdiçados, deteriorados, atirados fora pela incompetência daqueles que têm tudo isso nas mãos e que são os dirigentes da Penitenciária. Desejei, ou melhor, sonhei a possibilidade de não se repetir em nossa terra a coisa inominável de se espancar um louco moral, um inadaptável e, depois ainda punir um irresponsável com três dias de pão e água (DUARTE, 1976: 90).

A proposição deste Instituto de Criminologia decorreu da participação de Paulo Duarte na gestão paulista do prefeito Fábio Prado e do interventor Armando de Salles Oliveira possibilitada pela aproximação do jornalista com a família Mesquita no ano de 1922.

As atividades de Duarte no "O Estado de São Paulo" aproximaram-no de Júlio de Mesquita e foram responsáveis pelo início da amizade com Francisco e Júlio de Mesquita Filho. Esses relacionamentos levaram Paulo Duarte a abraçar várias causas deste grupo, sem muitas vezes concordar totalmente com elas (HAYASHI, 2001). Contudo, tal comportamento também permitiu o desenvolvimento de alguns projetos com a participação do chamado "Grupo do Estado", inclusive no âmbito da Arqueologia[19].

Na categoria de "empresários culturais", conforme definiu Miceli (1979:2), os Mesquita promoveram o acesso de jovens intelectuais de classes desprovidas ao universo político e cultural de organizações dirigidas por este grupo, além da participação em instâncias do Partido Democrático (PD)[20], órgão de oposição ao Partido Republicano Paulista

---

[18] Idem, pp.3-6.

[19] Consta da documentação consultada cópia de um memorial, sem data, elaborado pela Comissão de Pré-História e endereçado ao Jockey Club cujo conteúdo apresentou a idéia de criação de um Instituto de Pré-História e a importância da Instituição para os estudos pré-históricos e conseqüente solicitação de patrocínio. Esse documento seria o anexo de cartas enviadas a membros do Jockey Club como Lauro Cardoso de Almeida, Luiz Nazareno de Assumpção, João Sampaio, Erasmo Teixeira de Assumpção, Alfredo Egydio de Souza Aranha, Antão de Moraes, Durval do Livramento Prado, João Rubião e Antonio José de Freitas. O conteúdo do modelo de carta de 1956, que seria assinado por Júlio de Mesquita Filho, apontou o apoio do 'Grupo do Estado' às ações implementadas para o desenvolvimento do estudo de Pré-História: "[...] O jornal "O Estado de São Paulo" e eu pessoalmente, nos juntamos àquela Comissão no sentido de solicitar do Jockey Club que atenda tal pedido de altíssimo significado cultural no que se pretende fazer[...]". MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de nova organização) – Pasta Comissão de Pré-História – Jockey Club. Carta de Júlio Mesquita Filho a João Rubião em 19/11/1956 e Memorial para o Jockey Club de São Paulo, sem data.

[20] Fundado em 1926 pelo Conselheiro Antônio da Silva Prado, o Partido Democrático formado por dissidentes do Partido Republicano Paulista propôs práticas políticas diferenciadas das estabelecidas pela oligarquia cafeeira perrepista, incluindo em sua proposta entre outras coisas o voto secreto e o investimento em diversos níveis de ensino.

(PRP) onde o ingresso político só era permitido aos membros das tradicionais famílias oligárquicas (MICELI, 1979)[21].

Tanto Paulo Duarte como Mário de Andrade, integrante do Movimento Modernista de 22[22], estiveram inseridos nesses meandros da produção cultural. Ambos participaram de trabalhos no Diário Nacional, órgão oficial do Partido Democrático. Nesse jornal Duarte era o redator chefe:

> [...] veio o Diário Nacional, onde convivemos os tempos duros da luta contra o Partido Republicano Paulista e onde o meu grupo (Amadeu Amaral e outros) se entrosou com o grupo de 1922. Mário participava do nosso entusiasmo regenerador, embora não se metesse nos embates políticos. Redigia no nosso jornal irrequieto e sem peias critica musical e um pouco de critica literária. (DUARTE, 1985: 3)

---

[21] O autor da obra Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945) fez importante arrazoado a respeito da participação no âmbito dos partidos políticos. Os jovens de famílias menos abastadas, "os primos pobres", com poucas possibilidades de participação no PRP por conta do baixo capital social, ou seja, falta de proximidade política e intelectual da classe dominante perrepista, foram amparados pelas oligarquias dissidentes que compuseram o PD e encontraram espaço na nova situação política e ideológica. Esses fatores acrescidos de escolhas profissionais permitiram que Paulo Duarte e Mário de Andrade participassem desse grupo (Ibid. p.26-27).

[22] Alguns autores definem o Movimento Modernista de 22 ou a Semana de Arte de 1922 como um acontecimento produzido por vários escritores e artistas e renovador em vários aspectos, Mário Chagas afirmou que: "Aspirando renovar as formas de expressão de arte brasileira, definiu o conteúdo da modernidade cultural: contemporaneidade ao lado das vanguardas européias futuristas e surrealistas, sensibilidade à descoberta psicanalítica e, simultaneamente, exploração dos alicerces da nacionalidade brasileira na busca de suas maneiras de ser, seus falares, sua diversidade étnica e cultural, e das indefinições que estão na raiz de sua inventividade" (CHAGAS, 1999: 26-27). No entanto, alguns autores Como Elias T. Saliba são mais enfáticos em definir o Movimento de 1922 como mais um evento da programação de festas cívicas incentivadas pelo governo estadual que buscava "[...] através da cultura, reconquistar a hegemonia paulista, golpeada politicamente com a derrota de Rui Barbosa na Campanha Civilista de 1910. O que não quer dizer que entre os próprios notáveis do modernismo não coexistissem projetos diferenciados e inúmeros escritores, artistas e intelectuais em geral, que retomaram, cada um à sua maneira, o diálogo com a tradição. Sabemos que, mesmo do ângulo da literatura culta, a atitude regionalista mais próxima da oralidade e da prosódia peculiar foi, em parte, abafada pelo hegemônico cosmopolitismo de alguns próceres modernistas de 1922. Até porque o regionalismo fornecia um econteúdo excessivamente provinciano e localista ao nacionalismo, tornando explícita sua verdadeira face de paulistismo. Talvez por isso tal regionalismo, pelo menos nas suas tendências mais fortes, tenha sido abandonado ou preterido na posterior história cultural de São Paulo" (SALIBA, 2002: 205-206). Contudo, as duas correntes parecem concordar com Lafetá que estabelece uma cisão entre os dois projetos modernistas dentro deste movimento – o estético e o ideológico: o primeiro rompe com a linguagem tradicional enquanto o segundo busca a expressão artística nacional, a consciência do país e definição da nacionalidade pela cultura popular (LAFETÁ, 2000 apud BARBATO JR, 2004: 52) . LAFETÁ, João Luiz. 1930: a critica e o Modernismo. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.

Para este trabalho é conveniente acrescentar as informações de que a proposta de renovação literária e artística encontrava-se sob a égide do modelo de Paris (SEVCENKO, 1992: 294) buscando uma identidade simbólica para São Paulo de tônica nativista, nacionalista e militante, desta forma o Movimento Modernista era engajado em campanhas sanitárias, cívicas e educacionais (SALIBA, 2002: 191-206). Essas características são particularmente interessantes para a análise do desenvolvimento dos projetos realizados por Paulo Duarte, Mário de Andrade e o grupo intelectual que representavam, bem como para a compreensão de idéia do desenvolvimento de nação civilizada através da cultura e o entendimento do simbolismo das questões patrimoniais.

Dessa maneira o encontro dos dois estudiosos foi operacionalizado pelos meandros da situação política oposicionista. Citados por Antonio Candido como opostos também no campo literário, Mário de Andrade e Paulo Duarte foram aproximados pelas idéias renovadoras no campo cultural. "[...] certamente não modernista de 22, [Paulo Duarte] foi o inspirador de medidas que permitiram a atuação efetiva das idéias modernistas na escola da cultura coletiva" (CANDIDO, 1985: XV).

Assim, ambos compreendidos como membros de vanguarda político-cultural estabeleceram contatos que foram estendidos ao convívio doméstico. Os dois intelectuais dividiam suas idéias com outros amigos que freqüentavam o apartamento de Paulo Duarte e Nino Gallo que entre as costumeiras visitas, nos anos de 1926 a 1931, estavam Antônio de Alcântara Machado, Tácito de Almeida, Sérgio Milliet, Antonio Carlos Couto de Barros, Henrique da Rocha Lima, Randolfo Homem de Melo e Rubens Borba de Morais (DUARTE, 1985: 9).

Nesses encontros surgiram as propostas que sustentariam a aspiração da organização da nação pela cultura através da idealização de projetos de instituições culturais, que em face das dificuldades financeiras e políticas daquele momento foram vislumbrados como projetos quiméricos, conforme constatado nas palavras de Paulo Duarte (1985: 9):

> Pois foi nessa sala, em torno da fria mesa de granito, que um de nós – quem poderá saber qual de nós? – falou na perpetuação daquela roda numa organização brasileira de estudos de coisas brasileiras e de sonhos brasileiros. Mas cadê dinheiro? O nosso capital eram sonhos, mocidade e coragem. Havia quem conhecesse uns homens ricos de São Paulo. Mas homem rico não dá dinheiro para essas loucuras. Quando muito deixa para a Santa Casa. Caridade espiritual, jamais. Que testamento pinchou legado para uma universidade ou para uma biblioteca? A nossa gente ainda está no paleolítico da caridade física. Á vista de tantos argumentos, ficou decidido que um dia seriamos governo. Só para fazer tudo aquilo com dinheiro do governo.

Apesar da configuração utópica das idéias naquele momento, o desencadeamento da situação política fez do grupo parte do governo e algumas propostas foram implementadas. Outro fator a ser ressaltado nas palavras de Paulo Duarte era a descrença na possibilidade de "homens ricos" despenderem dinheiro com a cultura. Essa discussão reapareceu no final dos anos 50, quando o jornalista envolvido com as pesquisas arqueológicas procurou apoio financeiro do Jóckey Club de São Paulo para a fundação do Instituto de Pré-História, o qual foi negado. A justificativa partiu do argumento de que o apoio financeiro deveria ser oferecido às instituições filantrópicas e não culturais. Jayme Torres integrante da diretoria do

Jockey Club ao responder a solicitação de Paulo Duarte sobre financiamento da instituição ligada às pesquisas arqueológicas respondeu:

> A importância pedida transcende a alçada da Diretoria do Jockey, exigindo consideração pela Assembléia Geral. Porém estou convicto de que esta não aprovará o pedido, a despeito de quaisquer esforços que se façam. A menos que V. descubra um modo de dramatizar o assunto, ou patronos mais eficientes.
> O motivo é que, para as dotações de beneficência (20 milhões), – conquanto onerosíssimas no orçamento do Clube, há 250 milhões pedidos neste exercício, reduzido o saldo a quase nada.
> Tais pedidos são todos de instituições hospitalares, de socorro aos necessitados, de obras assistenciais a crianças, velhos ou enfermos – instituições destinadas a manter os vivos ou semi-vivos. V. pede auxílio para pesquisar despojos de mortos – mortos antiqüíssimos como a origem do homem na América[23].

Dessa forma, o desprezo dos "homens ricos" pela cultura foi constatado por Paulo Duarte em situação diversa e no decorrer de duas décadas. No entanto, a partir de 1934 houve a possibilidade da implantação de alguns sonhos desse grupo implementados por homens de posses, fato que alterou e atenuou a visão pessimista do jornalista em relação aos homens ricos.

O início da mudança aconteceu no enleio das questões políticas. O Partido Democrático apoiou a Revolução de 30 em oposição às tradicionais oligarquias e aos métodos políticos do Partido Republicano Paulista, em contrapartida em 1932, o mesmo Partido Democrático rompeu com Getúlio Vargas devido à insatisfação com o Governo Federal e a impossibilidade de inserção política dos paulistas no poder. Partidários da idéia que somente por vias constitucionais a participação no Governo poderia ser re-estabelecida, o PD compôs com o PRP a Frente Única Paulista, onde as articulações políticas foram realizadas por Júlio Mesquita Filho (Fig. 2).

Contrário à união dos dois partidos por não acreditar na moralidade da maioria dos membros do Partido Republicano Paulista e na eficiência do ato para realizar o objetivo almejado, Paulo Duarte julgou por medidas mais efetivas a luta na Revolução de 1932 comandando o Trem Blindado. Em face da derrota o combatente fugiu com outros companheiros e foi preso no litoral de Santa Catarina, onde posteriormente partiu em exílio (Fig. 3) (BARBATO JR., 2004; HAYASHI, 2001).

---

[23] MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) – Pasta Comissão de Pré-História – Jockey Club. Carta de Jayme Torres da Diretoria do Jockey Club a Paulo Duarte presidente da Comissão de Pré-História em 07/10/1957.
As mentalidades responsáveis pelos estudos arqueológicos deste período são abordadas no capítulo 4.

Figura 2 – Exílio [1933] – Os Mesquita e Paulo Duarte.
Agência Estado

Figura 3 – Paulo Duarte: preso por lutar na Revolução de 1932
Agência Estado

O principal responsável pelo êxito da reunificação das forças oligárquicas na Frente Única Paulista foi Armando de Salles Oliveira. O genro de Júlio de Mesquita conseguiu assumir a interventoria de São Paulo em 1933, ano em que Paulo Duarte voltou do primeiro exílio. Em vista da possibilidade de acesso ao poder federal, o interventor procurou reunir setores dirigentes que congregados em 1934 criaram o Partido Constitucionalista, no qual filiou-se Paulo Duarte (DUARTE, 1946:124; MICELI, 1979: 20).

Nas eleições para a Assembléia Constituinte em outubro de 1934 Paulo Duarte foi eleito deputado estadual pelo Partido Constitucionalista. Um mês antes Fábio Prado tomou posse da Prefeitura de São Paulo, pois foi convidado por Armando de Salles Oliveira. O futuro prefeito chamou Paulo Duarte para trabalhar com ele na municipalidade e desta forma o jornalista assumiu o cargo de assessor jurídico da Prefeitura, efetivou-se a utopia, pois naquele momento um dos visionários faria parte do governo e poderia propor a realização de alguns dos projetos idealizados pelo grupo que freqüentava a casa do intelectual.

1.2 - A efetivação da utopia: o Departamento de Cultura

A proposição do Departamento de Cultura efetuou-se por Paulo Duarte no âmbito do desempenho de suas funções de assessor jurídico da prefeitura de São Paulo e no contato direto com Fábio Prado. O propugnador da idéia narrou o episódio:

> Um belo dia, menos de uma semana depois, não sei por que motivo, jantávamos juntos, o prefeito, e eu, em casa do próprio Fábio Prado...Só nós dois. Creio que foi um maravilhoso vinho "Montrachet", que me cutucou, no subconsciente, a velha idéia nascida no apartamento da Avenida São João. Contei tudo ao nôvo prefeito descoberto por Armando de Salles Oliveira. Fábio Prado não respondeu nada, passando a outro assunto. Esses homens ricos... A prefeitura andava cheia de assuntos. Dimitri encheu novamente os copos daquele ouro líquido e fresco. Fábio fisgou-me com a pergunta: "- por que não tentar esse instituto?".
> Passei uma semana coligindo notas. Primeiro conversas com o então governador de São Paulo. Mas êste era o homem que criara a Universidade paulista. Viu que era bom. Fui à casa de Mário de Andrade. Fechamo-nos naquele quarto em que trabalhava (DUARTE, 1985: 51).

Assim, o estudo do Departamento de Cultura configurou-se com a publicação do Ato 861, de 1935. A Direção da Instituição e a Chefia da Divisão de Expansão Cultural ficaram a

cargo de Mário de Andrade. A afirmação de que Armando de Salles Oliveira "viu que [o projeto] era bom", pois "este era o homem que criara a Universidade paulista" explicitou a idéia de que os empreendimentos culturais do grupo de Paulo Duarte se coadunavam com as concepções e as propostas político-cultural e administrativa do Governo Paulista[24] seguido com austeridade pelo prefeito Fábio Prado, conforme o testemunho a seguir:

> Então, ele [Fábio Prado] veio me falar isso: "É o seguinte. Não compreendo uma cidade como São Paulo que não trate também da cultura. Porque, na realidade, a administração de uma metrópole não é ponte, não é calçar, não são obras públicas, é, também, cultura. E eu preciso dentro do meu Governo, assinalar isto, com a criação de uma coisa qualquer nesse sentido"[25].

Portanto, a fundação do Departamento de Cultura conjugou os ideais intelectuais e políticos cuja base era a construção nacional através da cultura, aspiração também refletida na proposta de criação da Universidade de São Paulo em 25 de janeiro de 1934:

> [...] não se podia fazer uma universidade sem a pesquisa pura. Porque é a pesquisa pura que faz o saber. E a universidade, hoje em dia, é maior estruturadora das sociedades hígidas. Sem a universidade não pode existir praticamente, hoje, uma sociedade hígida, porque essa universidade é que criaria o espírito universitário. E o espírito universitário é exatamente isso, é a estrutura social dentro da cultura, da cultura geral[26].

Dessa forma a concepção cultural aplicada pela intelectualidade estava inserida no âmbito das organizações e instituições de poder funcionando como elemento estruturador da

---

[24] Conforme Duarte apesar da aceitação do projeto, Armando Salles de Oliveira achou que a proposta inicial estava além das possibilidades daquele momento, fato que levou à formação das primeiras divisões do Departamento de Cultura e que foram somadas a outras criadas posteriormente: "Armando mandou me chamar: 'Olha, o programa que você fez é muito bom. Mas, agora, é um programa inviável para São Paulo. Mas nós podemos começar pela parte mais acessível à mentalidade paulista, que são os parques infantis'". Duarte concordou com a proposta: "Então, está certo. Eu vou fazendo os parques infantis e, sucessivamente, os outros, à medida que ações fundadas corresponderem sob o ponto de vista de popularidade". Portanto, o desenvolvimento das ações também dependiam dos reflexos políticos no Governo. Unicamp – CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 13/04/1977, pp. 53.

[25] Em entrevista Paulo Duarte relatou que ao ser convidado para assessorar Fabio Prado na Prefeitura, o prefeito já o colocara a par da sua responsabilidade na elaboração de um projeto cultural: "[...] porque eu, de organização cultural, não entendo. Mas entendo muito bem de finanças e administração de fábricas". E continuando "Você é que pode formar um programa de cultura para nós levarmos a cabo. Eu queria que você pensasse nisso e, depois, me apresentasse o plano. Eu me comprometo com você a não discutir coisas de cultura. Só quero que você me dê satisfações sobre as despesas necessárias para executar o programa de cultura, porque disso eu entendo. Isso é comigo mesmo". Unicamp – CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 13/04/1977, pp. 52.

[26]Unicamp – CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 12/04/1977, pp. 48.

sociedade. Portanto, para Pecault a criação da USP foi um "[...] programa de transformação política mediante a constituição de novas elites [...]" onde "[...] a arte de governar relaciona-se com o poder científico" (PECAULT, 1994: 30). Nesse contexto, os intelectuais foram os responsáveis pelas idéias de concessão de cidadania pelo acesso à cultura. Para Pecault:

> Só há legitimidade em relação à nação, e nada tinha a ver com à vontade geral: era a vontade de uma elite que fomentava as condições para o surgimento de uma vontade geral. Os intelectuais detinham um poder legítimo devido à sua vocação nacional (PECAULT, 1994: 40).

Para esses intelectuais a vontade geral seria resultante de um processo educativo orientado[27] e, portanto patriótico a medida que a nação seria desenvolvida pela educação, onde a fruição dos bens culturais e a justiça social adviriam de pesquisa e intervenção governamental qualificada responsável pela transformação da realidade. Na visão de Antonio Candido não era "[...] apenas a rotinização da cultura, mas a tentativa consciente de arrancá-la dos grupos privilegiados para transformá-la em fator de humanização da maioria, através de instituições planejadas" (CANDIDO, 1985: XV).

Em face deste cenário, no ano de 1933, Júlio de Mesquita Filho organizou uma comissão, integrada por vários nomes indicados por Paulo Duarte, para a discussão sobre o projeto da Universidade fundada pelo governo de Armando de Salles Oliveira. Apesar da participação de Paulo Duarte no processo de concepção dessa Instituição raramente seu nome foi relacionado com a criação da Universidade. Segundo Hayashi (2001:17): "[...] tal fato pode ser explicado por suas origens sociais [...]", pois "[...] parece que as decisões cruciais ficaram realmente a cargo de três pessoas: Júlio Mesquita Filho, Armando de Salles Oliveira e Paulo Duarte [...]".

Esta idéia encontrou acomodação na observação de Candido (1985: XVI) que alertou para uma vanguarda político-cultural que recebeu aceitação e apoio à sombra de uma situação oligárquica, como também confluiu com a tese de Miceli que considerou que a aproximação entre alguns intelectuais desse período e a "fração intelectual e política da classe dominante" resultou da falta de "capital social", pois, inclusive no caso de Paulo Duarte, esses intelectuais

---

[27] Este processo educativo teria como base a Universidade de São Paulo, pois ela seria responsável pela formação de professores que re-estruturariam os ensinos primário, secundário e conseqüentemente o universitário. Para Duarte, a idéia de Júlio Mesquita Filho partira da seguinte hipótese: "[...] se nós começarmos pelo primário, como é lógico, do primário prepara para o secundário, do secundário prepara para a universidade, nós temos que demorar aí uns 10 ou 12 anos. Vamos fazer o contrário. Vamos fazer a Universidade e, dentro da Universidade, nós fazemos um ginásio modelo. No ginásio fazemos o preparo para a Universidade, fazemos o preparo para ser professor de ginásio". Unicamp – CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 12/04/1977, pp. 60.

não dispunham das "[...] vantagens resultantes de posições privilegiadas no espaço da linhagem e da fátria"[28] (MICELI, 1979: 26-27).

Independente dos mecanismos de seleção para a construção da memória[29], o relato de Paulo Duarte (1976: 16) o coloca como um dos fundadores da Universidade ressaltando a participação de mais um integrante do grupo – Fernando de Azevedo:

> Na organização da Universidade havia três pessoas que por ela trabalhavam, que são consideradas suas fundadoras, que tinham conhecimento profundo do modelo, e que tinham discutido o modelo. Esses eram, em primeiro lugar, o Júlio Mesquita; em segundo lugar era eu; e em terceiro lugar o Fernando de Azevedo foi posto bem a par do Julinho e por mim. Fizemos várias reuniões, nós três para discutir o modelo, e chegamos a uma conclusão. Queríamos um modelo europeu, e começamos a procurar o modelo melhor. E chegamos à conclusão de que o modelo melhor era o modelo francês. Daí o fato de nós termos contratado um número de professores franceses mais numerosos do que das outras nações[30].

Concomitante à função de assessor de Fábio Prado na prefeitura, a participação de Duarte na configuração da Universidade se confirmou, dentre outros vários aspectos, também pela pesquisa do terreno para a construção da Cidade Universitária:

> Com o Armando e o Julinho estamos estudando a localização da Cidade Universitária. A idéia de construí-la nas matas da Cantareira, apesar de muito boa foi posta de lado para não mutilar aquele grandioso parque florestal. O Julinho opina por Santo Amaro. Nem muito longe nem perto demais da cidade, clima bom, terrenos extensos disponíveis e ainda a represa que seria utilíssima para a prática de esportes dos estudantes. A idéia é boa, mas há uma questão que não pode ser esquecida que é a Faculdade de Medicina já definitivamente construída com os seus terrenos adjacentes que seriam um começo da cidade universitária (DUARTE, 1976: 16).

---

[28] Sérgio Miceli em *Intelectuais e a classe dirigente no Brasil (1920-1945)* abordou detalhadamente a situação de intelectuais desta época, principalmente àqueles ligados ao Movimento Modernista. Para o autor, os chamados "primos pobres" que se encontravam em decadência social e falência moral, muitas vezes, negociavam "[...] seus ilustres nomes de família no mercado matrimonial tornando-se responsáveis pela gestão dos bens materiais da esposa", bem como fugiam do rebaixamento social através do capital cultural pelo qual se "[...] beneficiaram aos favores e ao amparo que a oligarquia dispensa aos seus ramos empobrecidos" (MICELI, 1979: 26-27).

[29] No artigo *Identidade Cultural e Arqueologia*, Ulpiano Bezerra de Meneses atribui à memória a função de "[...] mecanismo de retenção de informação, conhecimento, experiência, quer em nível individual, quer social e, por isso mesmo, é eixo de atribuições, que articula, categoriza os aspectos multiformes de realidade, dando-lhes lógica e inteligibilidade", desde forma: "[...] a memória pode ser induzida e, mesmo, forjada[...]". O autor faz importante exposição à respeito da produção da memória coletiva onde a formação e a reorganização são produtos de informação, mudança e processos de produção e consumo contextualizados. Desta forma a memória é reificada pela "força viva do presente" (MENESES, 2004: 183-185).

[30] Unicamp – CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 13/04/1977, pp. 25-26.

Aqui inserimos outro elemento na análise das realizações culturais de Paulo Duarte, a preocupação constante com o patrimônio[31]. Nesse caso, a idéia de construção da Universidade "nas matas da Cantareira" foi abdicada em defesa do patrimônio ambiental. Essa ótica patrimonial é bem avançada naquele momento e reapareceu em diferentes contextos nos meandros de criação dos diversos organismos culturais, inclusive nas tentativas de organização de instituições relacionadas com o patrimônio arqueológico[32].

No bojo da criação das organizações culturais surgiu, contemporânea das comissões de estudos para a composição da Universidade de São Paulo, a Escola Livre de Sociologia e Política. Essa instituição foi responsável por pesquisas de caráter empírico que procuravam identificar estatisticamente os problemas da cidade cabendo a resolução das questões por meio de empreendimentos desenvolvidos pelo Departamento de Cultura com o qual a Escola manteve estreitos contatos. Portanto, na opinião desse grupo de intelectuais, as implicações culturais eram de fundamental importância para a transformação social. A criação de instituições como a Escola Livre de Sociologia e Política, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP e o Departamento Municipal de Cultura foram caracterizados por Miceli como instrumentos de luta para as pretensões de mando no plano federal. As organizações culturais sanariam as carências de quadros especializados, fator responsável pelas derrotas paulistas nos movimentos de 1930 e 1932[33] (MICELI, 1979: 21).

Assim, as instituições culturais e os intelectuais responsáveis pela organização das mesmas contribuiriam para a efetivação dos projetos políticos concebidos no âmbito do governo de Armando de Salles Oliveira. Para Sevcenko:

> Essa forte fusão da cultura com a militância política engendraria um tipo peculiar de ativismo intelectual e artístico, que via nas linguagens simbólicas, altamente carregadas de conteúdos emotivos os recursos ideais para a rápida mobilização e integração social. Daí seu estratégico e impulsivo apego aos novos meios tecnológicos de

---

[31] Qualquer tentativa direta e simplificada de definição da palavra patrimônio no contexto preservacionista deixaria imensas lacunas. A idéia moderna de legado material e espiritual herdado do passado deve ser acrescida de elementos ligados à construção temporal do conceito em contextos históricos específicos e implicações de interesses multifários individuais ou coletivos. Para uma visão detalhada destes aspectos e inúmeros outros é importante consultar: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. e BALLART, Josep. El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso. Barcelona: Editorial Ariel, S.A., 1997.

[32] Essa discussão faz parte de um dos focos do capítulo 4 desenvolvido nesta dissertação.

[33] Em entrevista de 1977, Tjerk G. Franken questionou Paulo Duarte sobre discurso de Júlio Mesquita, no qual inicia-se com a seguinte frase: "Vencido pelas armas..." e envereda por um caminho que ao final justifica a criação da Universidade como um mecanismo de recuperar a hegemonia paulista perdida. Paulo Duarte afirmou que o resgate pretendido estava relacionado à conquista cultural do Brasil e a cultura estava na Universidade de São Paulo. Unicamp – CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 13/04/1977, pp. 70.

> comunicação de massas, imprensa ilustrada, fotografia, cinema, cartazes, discos, publicidade e, em breve, o rádio (SEVCENKO, 1992: 207).

Apesar da interpretação de Sevcenko relacionar-se ao contexto europeu, a averiguação de similaridade com a realidade brasileira ganhou concretude a partir da compreensão de que os ideais modernistas empregados às proposições culturais tiveram como paradigma as idéias desenvolvidas pelas escolas Cubista e Surrealista aplicadas às especificidades locais[34], como insinuou Mário de Andrade: "Tradição não se importa, mas cultura se importa. Pelo menos, deve-se importar aquilo em que a cultura não estraga a nossa realidade" (ANDRADE, 2005: 130). Realidade que deveria agregar o educativo e o patriótico por meio de linguagem simbólica, integração social e recursos de comunicação de massa em cuja lista fornecida por Sevcenko pode-se acrescentar os museus. A fundamentação teórica e a estruturação das instituições museológicas serviriam como instrumentos aplicados da utilização cultural em prol da melhoria da nação e foram pensadas no âmbito das divisões do Departamento de Cultura.

As várias seções que compuseram a Instituição Cultural foram responsáveis pelo desenvolvimento de estratégias que associaram pesquisa, identificação do problema e intervenção para a resolução (BARBATO JR., 2004: 60-61).

Inicialmente o Departamento, era composto pela: Divisão de Educação e Recreio, Bibliotecas, Divisão de Documentação Histórica e Social e Divisão de Expansão Cultural[35]. À estabilização do Departamento de Cultura foram acrescidas outras Divisões como, por exemplo, a de Turismo e a de Divertimentos Públicos. (DUARTE, 1938).

---

[34] Apesar da aparente ambigüidade expressa pelas idéias de Mário de Andrade em relação ao modernismo europeu nos parece claro que estas escolas artísticas foram a base das fundamentações teóricas de Mário de Andrade. No entanto, o elemento nacional que deveria caracterizar a modernidade brasileira visava uma cultura mais militante, com implicações práticas na organização nacional pela cultura. Mário de Andrade criticou a arte pela arte, interpretação qu0e o escritor deu para as tendências modernistas européias por volta de 1924.Para Chagas o conceito de Arte em Mário de Andrade está próximo do de cultura, pois, a arte envolveria toda a "[...] habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos" (CHAGAS, 1999: 79). Dessa forma, Mário de Andrade em carta a Sérgio Milliet em 10/12/1924 concluiu: "Não nego os benefícios que o modernismo francês e europeu trouxe pra arte do universo. Questão de velha experiência cujo exemplo nos repôs na liberdade sincera atual. Também é só isso. Agora livres, pelo exemplo dos europeus, vamos seguir o nosso caminho que é todo diverso da Europa desinteressante" (DUARTE, 1985: 299). Em seguida completa: "A arte dos períodos primitivos é sempre arte interessada, religiosa num sentido geral. Quero dizer: arte que fale de amor, de fada, de pátria, de família, de Deus. Arte que seja arte não vale mais nada e nos cansa" (DUARTE, 1985: 299).

[35] As seguintes pessoas chefiavam as Divisões: Educação e Recreio – Nicanor Miranda, Bibliotecas – Rubens Borba de Morais, Documentação Histórica e Social - Sérgio Milliet e Expansão Cultural – Mário de Andrade, que acumulava a Direção do Departamento de Cultura. A Divisão de Turismo e Divertimento Públicos não teve titular porque não entrou em funcionamento. Unicamp – Arquivo Paulo Duarte – CEDAE-IEL - Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 13/04/1977, pp. 63.

O vibrante relato de Duarte ilustrou as propostas do grupo de intelectuais que idealizaram o Departamento de Cultura e demonstrou a importância das diversas Divisões para a aplicação do trinômio: pesquisa, identificação da situação e intervenção:

> As numerosas repartições do Departamento de Cultura trabalhavam da mesma forma intensa, estruturavam-se em profundidade. Construíram-se parques infantis nos quais Mário de Andrade instituiu festas infantis onde se cantavam e se representavam as canções populares e o que de melhor o folclore do Brasil podia inspirar. Fundaram-se a Biblioteca Circulante, a Biblioteca Infantil e uma Biblioteca ambulante armada num automóvel especial que, cada dia, estacionava num jardim ou parque de S. Paulo. Apesar da comovente aceitação do público, muitas pessoas acompanhavam a Biblioteca ambulante nos logradouros em que estacionava diariamente. A Biblioteca Central, à rua Xavier de Toledo, começava a ser construída. O seu acervo passava por uma reforma total e contava agora com verbas para a manutenção e compra de livros, que nunca tiveram as bibliotecas do Brasil. Na Divisão de Documentação Histórica e Social restauravam-se os velhos documentos da história de S.Paulo, preparando-os para publicação, a Secção de Iconografia instalava-se e fazia-se o levantamento demológico da Capital, quarteirão por quarteirão, trabalho inédito também que iria ser recebido com aplauso e admiração na França, apresentado por Sérgio Milliet na Exposição de Paris de 1937, tendo aí declarado o professor Bourdon que, pela primeira vez, era dado ao urbanismo e à sociologia o exame de uma cidade “au microscope”. O Teatro Municipal fôra aberto, pela primeira vez, aos trabalhadores com grande inquietação dos meios grã-finos pelos estragos que aí podia praticar o homem do povo. Foi outra inesperada observação sociológica. Se nos espetáculos acessíveis apenas à elite, com freqüência, cadeiras e outras instalações eram danificadas com pontas de canivete ou lâmina de gilete, que dirá o Teatro entregue às massas populares que certamente nada respeitariam? Pois a surprêsa foi sensacional: a gente do povo era muito mais educada do que a gente educada!... Nunca se verificou um estrago, um desrespeito durante aquêles espetáculos de música ou de teatro oferecidos especialmente aos numerosos operários, com entrada grátis. O teatro regurgitava de uma multidão modesta, mas atenta e respeitosa. Entregue a sua direção a Paulo Ribeiro Magalhães êste sugeria as reformas e modificações no campo do teatro, do cinema e da música, tudo sob a orientação de Mário de Andrade. Da mesma forma a secção entregue à Oneida Alvarenga, uma antiga aluna de Mário que a foi buscar depois numa pequena cidade mineira. Aqui iniciava-se a biblioteca musical e a Discoteca e dava-se início ao Laboratório de Fonética. Um texto especial, com todos os sons da língua falada no Brasil, era gravado com a voz de uma pessoa culta e outra inculta da mesma região, do sul, do norte, do centro. O seu célebre “paulista sou de quatrocentos anos”. Assim foram feitas numerosas gravações de todo o Brasil com a fala do culto e do inculto. As pesquisas extenderam-se à música popular, ao folclore e foram culminar com o primeiro congresso da Língua nacional cantada, cujos anais, como dissemos, são obra de

> consulta indispensável a todos os estudiosos do assunto (DUARTE, 1985: 34-35).

Dentre as ações descritas sublinha-se aquelas ligadas a valorização do patrimônio cultural, tanto imaterial como material, das quais ressalta-se: a divulgação das canções populares e do folclore nas festas desenvolvidas pelos parques infantis, a restauração de documentos históricos, a composição das bibliotecas e discotecas, bem como o laboratório de fonética que originaria o museu da palavra. Todas essas medidas de divulgação e apropriação de elementos culturais tiveram um viés preservacionista inovador.

Quanto às pesquisas que resultaram em ações intervencionistas vale a pena ressaltar três casos que exemplificam o papel do Departamento de Cultura.

Conforme Paulo Duarte as instalações dos parques infantis existiam anteriormente à experiência do Departamento de Cultura. No entanto, não havia organização científica[36], essa somente foi desenvolvida com ajuda de Anísio Teixeira e Almeida Júnior, no âmbito da Divisão de Educação e Recreio. Para Duarte a função dos parques infantis estava ligada à convivência dirigida por uma professora com conhecimentos de psicologia e sociologia infantil e desta maneira a criança ia aprendendo a ter bons modos. Com os contatos estabelecidos por Duarte aconteceu a implementação do projeto. O assessor da prefeitura conseguiu o apoio de duas ou três industrias para o fornecimento gratuito de leite, com alguns frigoríficos o lanche das crianças e os tecidos para os calções com a fábrica Crespi pertencente ao sogro de Fábio Prado e da qual o prefeito fora diretor[37].

A fundação de mais dois parques infantis além daquele localizado no Parque D. Pedro II denotou a provável popularidade que atingiu esse projeto, pois conforme se verificou, a ampliação das Divisões dependiam de reflexo político positivo.

> [...] fomos obrigados a instalar imediatamente mais dois parques infantis. Um no Ipiranga, que era um bairro operário, e outro na Lapa, que era um bairro operário maior. Quando deixamos a prefeitura três anos depois, os parques eram uma coisa absolutamente vitoriosa.[38.]

---

[36] Paulo Duarte apontou que a organização de toda a prefeitura neste período partiu de um entendimento do ponto de vista técnico científico. Unicamp – CEDAE-IEL – Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 13/04/1977, pp. 56.

[37]Unicamp – CEDAE-IEL – Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 12/04/1977, pp. 55-56.

[38] Unicamp – CEDAE-IEL – Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 13/04/1977, pp. 56.

Os relatos também sugerem o trabalho conjunto das Divisões, pois a pesquisa sociológica[39] conduzida por Sérgio Milliet da Divisão de Documentação Histórica e Social apresentada na exposição de Paris de 1937, e que segundo Duarte serviu de paradigma para a criação do Departamento de Cultura de Paris, teve parte do seu desenvolvimento nos parques infantis.

> "As crianças dos parques infantis, quase todas, apresentavam um grande número de piolhos. Só numa criança foram encontrados mais de 200 piolhos. Mas a professora tirava os piolhos, tratava da criança. Mas a criança ia para casa e contaminava-se novamente. Então, foi ensinada a criança a ensinar os pais. É o método do Anchieta, que conquistava os selvagens pelos curumins. De modo que fizemos a mesma coisa, e os pais tomaram um tal entusiasmo pelo Departamento de Cultura que fundaram uma sociedade de pais das crianças que freqüentavam os parques infantis. Quando havia uma festa no parque, eram os pais que vinham enfeitar e ajudar a realizar a festa. Era uma coisa tocante, o Mário de Andrade ficava comovido todas as vezes que ia visitar um parque infantil".[40]

Com base nesta descrição constatou-se a importância da pesquisa científica na maneira de governar empreendida por esses intelectuais que estavam ligados à estrutura política. No exemplo dos parques infantis, o desenvolvimento da cidadania pelo acesso à cultura decorreu de processo educativo efetivado em várias instâncias dos projetos desenvolvidos. A mobilização e integração social que objetivavam foi alcançada rapidamente como demonstrou a organização dos pais das crianças que freqüentavam os Parques. Também ficou claro como este grupo de intelectuais se responsabilizou pela resolução e intervenção de um dado problema e sentiu-se recompensado mediante o sucesso da instituição que criou.

O segundo exemplo de pesquisa que deveria ter aplicabilidade foi a investigação solicitada pelo Ministério do Trabalho:

> [...] inquerito nos bairros paulistas a fim de serem esclarecidos os seguintes quesitos: bairros e distritos de localização industrial e

---

[39] Esta pesquisa ocorreu no âmbito da Divisão de Documentação Histórica e Social e foi desenvolvida pelo diretor da Divisão, o qual estudou Sociologia na Suíça. "Sergio Milliet começou logo a organizar uma pesquisa social dentro de São Paulo, bairro por bairro. E conseguiu terminar a pesquisa dentro de um bairro inteiro, porque dentro do bairro era quarteirão por quarteirão. Foi o bairro de Santa Efigênia. Aí, ele encontrou um grande auxiliar, um sociólogo chamado Bruno Rudolfer. Eles fizeram, então, o levantamento de todos os bairros e o levantamento de todos os quarteirões do bairro de Santa Efigênia, com gráficos, cartazes, etc. Nessa ocasião se realizou em Paris um grande congresso da população, na exposição que foi feita em 1937. E foi convidado o Departamento de Cultura. Então, o Sérgio Milliet, que foi representar o Departamento de Cultura, levou estes documentos todos". Unicamp – CEDAE-IEL – Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 13/04/1977, pp. 58.

[40] Unicamp – CEDAE-IEL – Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 13/04/1977, pp. 58.

> operária, distância entre as fábricas e a residência do trabalhador; custo do transporte; preços dos aluguéis das residências operárias, custo de vida nos bairros operários (DUARTE, 1985: 102).

Apesar da falta de informação sobre a finalidade desta pesquisa, o caminho que ela seguia induz à conclusão óbvia de que havia alguma intenção de intervenção direta na vida do trabalhador.

Por fim, o caso da lei de bibliotecas apresentado e defendido por Paulo Duarte na Assembléia Legislativa demonstrou mais uma vez o papel das Divisões do Departamento de Cultura no âmbito dessa perspectiva intervencionista.

A Divisão de Bibliotecas implementou a organização das bibliotecas infantis, efetuou levantamentos estatísticos sobre a freqüência da Biblioteca Municipal, estabeleceu automóvel-biblioteca em jardins com grande acesso popular, como os jardins da Luz e Praça da República e com base nessas informações propôs um catálogo coletivo das bibliotecas paulistas, além de criar a Escola de Biblioteconomia:

> E hoje, em São Paulo, ninguem mais póde ser nomeado bibliotecário sem dar prova de sua competência na matéria. A lei exige que os bibliotecários, além do diploma de uma escola especializada, tenham um diploma de curso superior. São esses os requisitos indispensáveis para a inscrição ao concurso antes da nomeação. Não veremos mais daqui por diante, as nossas bibliotecas entregues a leigos delapidando, um patrimônio, cujo valor quase ignorem, não veremos mais a incompetencia de funcionarios tornar inutil uma organização cultural inteira (DUARTE, 1938:70).

A especialização profissional foi apreendida nas concepções de Paulo Duarte como elemento de preservação patrimonial. Nesse caso, a formação do bibliotecário evitaria a destruição do patrimônio e a sua má utilização. Nas décadas de 50 e 60, Paulo Duarte também se debateu com questões de formação profissional no âmbito da Arqueologia. Nesta atividade, a necessidade de pesquisadores especializados era muito contundente, pois uma escavação amadora levaria a destruição do vestígio arqueológico aniquilando para sempre as informações deixadas pelos homens pré-históricos[41].

No caso das bibliotecas, a legislação determinante de uma nova ordem promoveu protestos, Paulo Duarte (1985: 74) comentou a mobilização política:"[...] burocratas arcaicos que levavam para as bibliotecas o seu próprio môfo fizeram uma gritaria louca contra a lei" e

---

[41] André Prous em *Arqueologia Brasileira* rebateu esta idéia ao afirmar que no período não havia possibilidade de formação de tantos profissionais e que os "amadores" faziam um importante trabalho de coleta de material, mas a nova de lei de preservação impediu essas atividades ocasionando a destruição do patrimônio arqueológico, essa constatação refere-se ao caso de Guilherme Tiburtius em Santa Catarina e no Paraná. (1992:12). A discussão sobre a formação profissional do arqueólogo é apresentada no capítulo 4.

contrapõe que a "[...]a Escola de Biblioteconomia anexa à Biblioteca Pública encheu-se de jovens de mentalidade nova, influência da mentalidade do Departamento de Cultura". A mudança no desenvolvimento dos novos empreendimentos culturais, em vários momentos, levou Paulo Duarte a travar verdadeiras batalhas no interior da Assembléia para defender a legislação que embasava projetos no Departamento de Cultura.

Após quase duas décadas, Paulo Duarte, novamente encontrou resistência em face da nova mentalidade que tentou imprimir às ações de preservação do patrimônio arqueológico, principalmente, porque ao defender a preservação dos sambaquis[42] lutou contra interesses econômicos.

As propostas e intervenções realizadas por Paulo Duarte junto à Arqueologia com base na suas experiências de pesquisa e visita aos sítios arqueológicos buscou a resolução de questões cotidianas enfrentadas pelas especificidades da pesquisa arqueológica como a ausência de: dinheiro para a investigação científica, formação profissional e possibilidades de preservação. À implementação de medidas desenvolvidas por Paulo Duarte tentaram solver os problemas de fiscalização, falta de legislação preservacionista elaborando-se leis que preenchiam tal lacuna, além de solucionar a insuficiência de instituições responsáveis pela preservação e pesquisa arqueológica planejando instituições museológicas com esta finalidade, bem como a proposição de cursos de formação para arqueólogos, divulgação do patrimônio arqueológico através de cursos abertos à população, museus e artigos jornalísticos.O conhecimento do passado pela Arqueologia também foi vislumbrado por Duarte como forma de civilização e melhoria da nação[43].

As idéias acima citadas, também referentes à educação popular e universitária no âmbito da Arqueologia, tiveram como paradigma[44] as ações implementadas pela Divisão de Expansão Cultural que enfatizaram o caráter pedagógico e de formação cultural da população, além da responsabilidade da preservação histórica e artística. A descrição de atividades que seriam implementadas nós dá a dimensão da importância dessa Divisão:

> "A Divisão de Expansão Cultural, pelas suas duas seções, a de Teatro, Cinemas e Salas de Concertos, a de Rádio Escola, competia: promover e estimular iniciativas que favorecessem o movimento cultural e educacional; promover a organização de espetáculos de arte e

[42] Madu Gaspar definiu os sambaquis como: "[...] palavra de etimologia Tupi, língua falada pelos horticultores e ceramistas que ocupavam parte significativa da costa brasileira, quando os europeus iniciaram a colonização. Tamba quer dizer conchas e ki amontoado" (GASPAR, 2000: 9-8).

[43] A análise detalhada destas ações encontra-se no quarto capítulo desta dissertação.

[44] As experiências do Departamento de Cultura são as primeiras que encontraram paralelo com a mentalidade impressa aos estudos arqueológicos, no entanto, não podemos esquecer a grande influência incutida à Arqueologia pelo contato de Paulo Duarte com o Musée de l´Homme e Paul Rivet, foco de análise do capítulo II desta dissertação.

> cooperar por um conjunto sistemático de medidas para o desenvolvimento das artes plásticas, da arte dramática em geral, da música e do cinema; incentivar o cinema popular educativo, pedagógico ou escolar; pôr ao alcance do público, por uma estação rádio-difusora, palestras e cursos, tanto universitários como de espírito popular, e tudo o que pudesse contribuir para o aperfeiçoamento cultural da população; organizar a discoteca municipal; organizar a orquestra e banda municipais; superintender a quaisquer atividades relativas a teatros, salas de concertos e cinemas; adotar medidas legislativas da alçada municipal tendentes à repressão das produções cinematográficas, teatrais ou impressas ofensivas à moral ou anti educacionais que violassem texto expresso de lei ou fossem perniciosas à infância e à juventude; entrosar-se com a comissão do Plano da cidade e mais instituições competentes, para fixar as paisagens municipais dignas de preservação, bem como impedir o êxodo ou destruição de obras de valor artístico ou histórico" (DUARTE, 1985: 63).

Portanto, a proposta de rádio-difusão de cursos e palestras, tanto universitárias como de espírito popular, teve equiparação na Arqueologia através dos cursos ministrados e financiados pelas empresas jornalísticas e abertos à população, bem como a divulgação de reportagens em jornal e rádio. Quanto à formação universitária deu-se pelo esforço de implementação de curso de Arqueologia no interior da Universidade de São Paulo. O pensamento sobre preservação de paisagens e de obras artísticas e históricas no Departamento de Cultura obteve equivalência na Arqueologia com a preservação de paisagens pré-históricas e de todo o patrimônio arqueológico.

No caso do Departamento de Cultura todas as atividades foram vislumbradas como geradoras do Instituto Paulista de Cultura , futuramente, o Instituto se estenderia a todo o território nacional transformando-se em Instituto Brasileiro de Cultura. Esses Institutos englobariam museus e os Departamentos do Patrimônio Histórico e Artístico além do estabelecimento de parcerias com a Universidade proporcionando aos outros estados, que não teriam condições de ter uma faculdade, o contato com a produção universitária através de conferências, cursos, teatro, concertos entre outros (DUARTE, 1985:55).

O Instituto Paulista de Cultura:

> [...] seria a cabeça de uma grande organização cultural por todo o Brasil. Os institutos regionais confederados, digamos assim, para haver unidade num programa de política cultural.
> Ia ser desincorporado do Departamento de Cultura, como germe do Instituto de Cultura, a Divisão de Educação e Recreio, pois parques infantis precisavam ser instalados em todos os municípios paulistas. Outro departamento já planejado do Instituto Paulista de Cultura seria o do Patrimônio Histórico e Artístico, para salvar de início, os restos

> que ainda existiam das velhas igrejas, os antigos solares, coleções, paisagens como a Serra do Mar, já borrada de anúncios enormes e deformadores, sem contar as derrubadas pra fazer carvão, as jazidas pré-históricas, casas representativas de uma época e por aí afora. E ainda os documentos históricos. Cartórios, uma vez completados 30 anos, deveriam transferir todos os documentos ao Instituto que formaria assim o verdadeiro Arquivo de S. Paulo, nele incorporado o atual Arquivo, como fora incorporada a Biblioteca estadual ao Departamento de Cultura. Os Museus do Estado, com sede em S. Paulo, inclusive a Pinacoteca passariam também para o Instituto. Um Conselho Bibliotecário seria criado, com cursos de Biblioteconomia, Museulogia [sic], Restauração etc., sem contar a realização inicial que seria o catálogo de todas as bibliotecas de S. Paulo.
> O Instituto de Cultura incorporaria todo o Departamento de Cultura, recebendo da Prefeitura uma subvenção obrigatória paga no início de cada exercício. Seria um Instituto auxiliar das universidades e escolas outras de S. Paulo, inclusive primárias, como o Museum e o Louvre, de Paris, eram auxiliares da Sorbonne (DUARTE, 1976: 228-229).

O plano do Instituto Paulista de Cultura avançara, inclusive, com propostas de donativos de fundações estrangeiras para a sua concretização. Paulo Duarte narrou os avanços das negociações em carta a Nino Gallo em 17/11/1937:

> [...] estamos em negociações com a Fundação Carnegie para um donativo a S. Paulo de cerca de oito mil contos para organizar-se aqui um instituto cultural. Conseguimos esta promessa à vista dos resultados de Departamento de Cultura. Ora, este e mais o Departamento do Patrimônio Histórico do Estado fundidos poderiam constituir uma fundação inteiramente paulista, uma vez os governos municipal e estadual estivessem de acordo em doar os respectivos patrimônios (Biblioteca e mais instalações e bens do Departamento de Cultura, da parte do município; Museu do Ipiranga, Pinacoteca e outros, da parte do Estado) para, por sua vez, constituírem o patrimônio da fundação. Dentro desses entendimentos, temos a promessa da estupenda doação acima aludida. O Fábio[45] e o Cardoso[46] estão perfeitamente a par disso tudo e daí a pressa a que tinha em fazer o projeto passar, o que não conseguiu devido ao inominável apoio de certos deputados aos interesses subalternos de Lopes de Leão. Mas não faz mal, as boas idéias acabam sempre vencendo. Na certeza disso é que, quase proscrito, estou continuando a mexer, não como julga a polícia do novíssimo regime, em conspirações políticas, mas a favor das nossas admiráveis revoluções culturais" (DUARTE, 1977: 82).

---

[45] O Prefeito Fábio Prado.

[46] O governador interino Cardoso de Melo Neto substituto de Armando Salles Oliveira após a implantação do Estado Novo.

O sucesso decorrente da implementação do Departamento de Cultura pode ser confirmado pela promessa, realizada por Armando de Salles Oliveira, de ampliação da Instituição em escala nacional. O Departamento de Cultura, "programa inviável para São Paulo[47]", adquirira considerável aceitação visto que as Divisões cresciam, os projetos se multiplicavam e a repercussão no exterior aumentava, vale aqui lembrar da exposição de projetos na França e do donativo da fundação norte-americana[48].

Devem-se ressaltar ainda as propostas para a constituição do Instituto Paulista de Cultura através da aglutinação das instituições municipais e estaduais, dentre elas: o Museu do Ipiranga e o Departamento Histórico e Artístico do Estado, cujo projeto fôra apresentado por Duarte e estava em discussão na Assembléia até o período de dissolução da mesma. A elaboração do Instituto Paulista de Cultura possibilitou a idealização de empreendimentos que se relacionavam e estavam diretamente ligados à preservação, por exemplo, o futuro Departamento Histórico e Artístico de São Paulo conjuntamente com o Departamento Histórico e Artístico Nacional preservaria as referências patrimoniais[49] encontradas no interior de São Paulo em viagens realizadas por Mário de Andrade e Paulo Duarte. Por outro lado, a reunião do Museu do Ipiranga ao Instituto Paulista de Cultura também ensejaria uma reformulação dos museus existentes e a proposição de inauguração de outras tantas instituições museológicas. Portanto, as atividades do Departamento de Cultura visavam uma transformação cultural ampla envolvendo a criação e a reformulação das instituições culturais.

Por fim, cabe aqui ressaltar que relacionando este período com as posteriores proposições de Duarte para as instituições arqueológicas, esse pensamento de reformulação do Museu Paulista para a composição do Instituto do Homem Americano reapareceu através da re-estruturação de instituições museológicas etnológicas e arqueológicas. O Instituto do Homem Americano "[...] deveria tomar contátos íntimos com todos os centros do país interessados nas pesquisas pré-históricas"[50]. "[...] êste novo centro de estudos arqueológicos [...]" teria como acervo inicial "[...] a atual secção de etnologia do Museu Paulista, e mais as

---

[47] Idéia de Armando Salles de Oliveira.

[48] A Fundação Carnegie pretendia realizar a doação para as capitais argentina e brasileira, mas com a interferência de contatos de Duarte foi possível acordar que a verba ficaria em São Paulo (DUARTE, 1977: 82). Essa informação não invalida o argumento de sucesso do Departamento de Cultura, pois a provável divulgação e reconhecimento do trabalho realizado na Instituição possibilitaram o acordo.

[49] "[...] elemento extraído do universo patrimonial, significativo em relação a um conjunto maior, e cuja preservação pode representar o universo referido" (BRUNO, 2002: 100).

[50] MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) – Pasta 3 – Sub-pasta: Comissão de Pré-História – Correspondência enviada. Carta de Paulo Duarte ao Prof. Aníbal de Matos em 19/11/1957.

coleções da Comissão de Pré-História de S.Paulo e do Instituto de Pré-História e Etnologia de S. Paulo[51].

O Instituto do Homem Americano também teria uma gênese paulista e se espalharia por todo o território nacional, portanto, este seria na Arqueologia o correlato do Instituto Paulista de Cultura originário do Departamento de Cultura onde decorrentes desta estruturação institucional foram engendradas por Paulo Duarte e Mário de Andrade muitas das idéias de preservação patrimonial em São Paulo.

1.3 - Mecanismos de defesa patrimonial: a Campanha Contra o Vandalismo e o Extermínio e o malogro do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo.

As ações de valorização do patrimônio cultural surgiram no âmbito da busca pela brasilidade. É nesse contexto e no desenrolar das propostas de concretização do Instituto Paulista de Cultura que as atividades de luta e pesquisa pela preservação das referências patrimoniais aconteceram, desdobrando-se nas viagens etnográficas[52] organizadas por Mário de Andrade e nas visitas de Duarte e Mário Andrade às cidades do interior em busca de elementos patrimoniais passíveis de preservação.

A perspectiva patrimonial dos modernistas visualizava no passado nacional as possibilidades de estabelecimento da alma brasileira, ou seja, a identificação das coisas do Brasil[53]. A chamada "Redescoberta do Brasil[54]" aconteceria através do passado colonial, que

---

[51] MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) – Pasta 3 – Sub-pasta: Comissão de Pré-História – Correspondência enviada. Proposta de organização do Instituto do Homem Americano.

[52] A Missão de Pesquisas Folclóricas, desenvolvido no âmbito do Departamento da Cultura, foi planejada por Mário de Andrade com a ajuda de Oneyda Alvarenga e Dina Lévi-Strauss desde 1928. Vários trabalhos foram desenvolvidos nesta perspectiva, mas a Missão aconteceu efetivamente em 1938, quando Luís Saia, Martin Braunwieser, Benedito Pacheco e Antônio Lacerda partiram para as regiões norte e nordeste em busca de registros de manifestações folclóricas. A coleção da Missão de Pesquisas Folclóricas foi transferida ao Centro Cultural São Paulo em 1982, conforme informações do catálogo da exposição: Cantos Populares do Brasil: a Missão de Mário de Andrade do Centro Cultural São Paulo.

[53] Para Mário de Andrade "[...] a tradição do verdadeiro nosso, legitima por ser nós, preserva em nossas sociedades aquelas raízes seculares, sem as quais o homem perde o equilíbrio, fica solto, fica bobamente gratuito – um anarquismo. Nesse sentido valerá sempre mil vezes mais para nós a linda Ordem Terceira do Carmo ou a esquipática São Gonçalo, à verdadeira Gioconda".Portanto, o passado e a tradição foram caracterizados como elementos de coesão nacional (ANDRADE, 2005: 130).

[54] Conforme relatou Sevcenko: Em 1926 – "Blaise[Cendrars] como se sabe, seria também o pivô involuntário da 'redescoberta do Brasil'. A fim de levá-los a conhecer o Rio de Janeiro e as cidades históricas de Minas Gerais, Olívia Penteado formou um grupo que fazia parte Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, René Thiollier e Godofredo da Silva Telles. Para os poetas presentes na excursão e para Tarsila, o roteiro seria revelador de raízes históricas, étnicas e culturais de que eles andavam tão ávidos para consubstanciar o seu acento modernista" (Sevcenko, 1992: 295). Acrescenta-se a essas observações a visão de Pécault que ressalta o papel dos intelectuais na "redescoberta do Brasil" e na construção científica da identidade brasileira (Pecault, 1994: 59).

seria, portanto, a expressão da singularidade brasileira para a harmonia nacional (CHAGAS, 1999; PÉCAUT, 1989).

Ao buscar a alma brasileira através de expressões singulares nacionais os modernistas pretenderam encontrar referências em elementos diversos calcados: no "folclórico, no colonial, no 'primitivo', no etnográfico, no popular, nos arcaísmos que sobrevivem, na diversidade de tradições. Sem deixar de ser inovador, o modernismo brasileiro é também cultor de tradições" (CHAGAS, 1999: 55).

A ênfase nas pesquisas sobre cultura popular, principalmente a sertaneja, procurou a integração e o estabelecimento da identidade nacional pela valorização da diversidade. O rompimento com os Naturalistas que enxergavam a nação a partir das teorias de branqueamento e do modelo europeu e tentavam solucionar o problema de formação da nação a partir de um povo mestiço[55] cedeu lugar para a busca modernista do brasileiro autêntico, cuja figura do sertanejo revelava juntamente com outros elementos simbólicos como o índio, o regional e a cultura popular a propalada peculiaridade local. Enfim, os modernistas seguiam "[...] um curioso modernismo parisiense, que ensinava a desprezar a velha Europa moribunda e amar a pujança da América e a 'magia dos trópicos'" (SEVCENKO, 1992: 255).

Assim, em busca de referências patrimoniais que pudessem simbolizar a brasilidade, os fins de semana dos dois amigos eram voltados para ações de identificação do patrimônio cultural na tentativa de mapeá-lo e posteriormente, empreender mecanismos de preservação e denúncia da destruição patrimonial. Conforme Duarte:

> Os nossos fins de semana eram empregados nessas excursões que me inspiraram a campanha "Contra o Vandalismo e o Extermínio [...], [...] sábados e domingos passávamos fora para voltar na noite de domingo e retomar o Departamento (DUARTE, 1985:35).

O conjunto de artigos publicados no "Estado de São Paulo" contra a destruição do patrimônio ensejou tal Campanha[56] em 1937 e no mesmo ano foi defendido pelo deputado Paulo Duarte na Assembléia Legislativa o projeto de lei nº279 que criava o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo, o qual tinha por base o projeto de lei de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional elaborado por Mário de Andrade

---

[55] Consultar ROMERO, Silvio. Provocações e Debates: Porto, Chardron, 1910. – Idem, História da Literatura Brasileira, 2ª ed. revista pelo autor,Vol. 1., Rio de Janeiro, Garnier (1902-1903), pp. 94-100. – Idem, Estudos Sociais: o Brasil na primeira década do século XX, Lisboa, Ed. "A mala da Europa", 1911 pp.127-143 e CAPISTRANO DE ABREU. *Ensaios e estudos*, 1ª série, Rio, Soc. C. de Abreu, 1931.

[56] Apesar de ensejada por Duarte em 1937 com artigos publicados no "O Estado de São Paulo", a campanha "contra o Vandalismo e o Extermínio" ficou sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo já que Duarte pertencia à Diretoria deste Instituto (DUARTE, 1985: 150).

com a ajuda de Paulo Duarte e em atenção ao pedido do Ministro Capanema. O projeto aguardava aprovação no Senado (DUARTE, 1985:154)[57].

A proposta estadual justificada nas sessões da Assembléia Legislativa obteve das Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura pareceres favoráveis, inclusive com a aprovação pelos deputados em segunda discussão sem debate. Porém, na última discussão do projeto de lei na Assembléia alguns deputados apresentaram uma emenda contrária, pois criticavam a miscelânea de "coisas artísticas com coisas históricas", ou seja, visavam a separação do serviço de proteção do patrimônio histórico do serviço de proteção do patrimônio artístico (Duarte, 1938: 298).

Paulo Duarte justificou a impossibilidade de separação entre os serviços do patrimônio histórico e do artístico através da argumentação de que o projeto de lei estadual estava calcado no federal e este, englobava os dois serviços. Assim, a fim de evitar a dicotomia entre a futura legislação federal e a estadual é que não poderia ocorrer a alteração do projeto estadual. No entanto, em bibliografia posterior, Duarte também abordou a dificuldade conceitual de separação entre o patrimônio histórico e o artístico:

> Nada mais dificil ou mesmo impossivel do que separação dessas duas classes de coisas, dadas a sua intima ligação e correlação. Essa dificuldade, á vista da mesma impossibilidade de poder-se isolar uma especie da outra, comprovada por uma longa e acurada experiencia, é que levou todos os países, onde o assunto foi estudado e resolvido, a reunirem taes serviços de proteção num mesmo conjunto subordinado a uma mesma e única orientação (DUARTE, 1938: 298).

Nem o patrimônio arqueológico estava dissociado da interpretação de patrimônio histórico. No projeto de lei para a criação do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo, o autor do projeto definiu quais os elementos pertencentes ao patrimônio histórico, bem como enfatizou a importância da preservação de acervos etnográficos e arqueológicos, inclusive abordando a proteção de sítios e paisagens:

> Fica, pela lei, claramente definido também o que seja patrimonio historico, isto é, o conjunto dos bens moveis ou imóveis, existentes no Estado, aos quais se possa atribuir, por seu valor arqueologico, etnografico, historico, artistico ou bibliográfico, o carater de belezas naturais ou de objetos, peças ou documentos de valor historico ou artistico, nos termos do artigo 10, n. III e 148 da Constituição Federal (DUARTE, 1938: 120).

Além da inclusão do patrimônio arqueológico e etnográfico no âmbito do que se definiu como patrimônio histórico[58], Duarte também fez alusão à necessidade de tombamento

[57] Carta de Mário de Andrade enviada a Paulo Duarte, em setembro de 1937, publicada na obra acima aludida.

em livro dessas referências patrimoniais. No projeto de lei n.279, de 1937 sobre o Departamento do Patrimônio Estadual e seus fins, o parágrafo único do artigo 2º - capítulo I abordou a questão da seguinte maneira:

> Os bens a que se refere o presente artigo, inclusive os sítios e paizagens que importe conservar pela feição com que tenham sido agenciados pela industria indigena ou popular, só serão havidos como pertencentes ao patrimonio historico e artistico do Estado, depois de inscritos, separada ou agrupadamente, nos livros de tombamento de que trata o artigo 12 (DUARTE, 1938: 271-272).

Portanto, mesmo nas discussões sobre patrimônio histórico e artístico já estava contemplado o problema de defesa do patrimônio arqueológico. A ênfase na proteção desse segmento patrimonial aconteceu mais tarde quando Duarte se dedicou à Pré-História, no entanto, neste momento pôde-se vislumbrar que o patrimônio arqueológico também foi foco de interesse de Duarte. Nos anos 50, ao abordar a necessidade de uma legislação nacional para defesa do patrimônio arqueológico, o jornalista voltou a discutir a questão:

> É evidente que, dentre monumentos e documentos de valor histórico se acham incluídos os de valor prehistórico, pois a Prehistória é a base da História, constituindo a fase histórica da humanidade que não deixou documentos escritos. Documentos escritos com referência ao alfabeto apenas, porque jazidas como os sambaquis, as grutas, onde viveu o homem prehistórico são verdadeiros arquivos que podem ser lidos com a mesma clareza com que os hierogrifos egípcios ou os caracteres cuneiformes da Ásia Menor, bastando para isso que quem os manuseiem seja gente capaz de os decifrar. Foi através de tais depósitos arqueológicos e paleontológicos que sábios notáveis, como Boule, Breuil, Tailhard de Chardin, Rivet, Nordenskiold e outros leram com minúcias a história do Paleolítico inteira, através dos seus instrumentos de pedra lascada e do osso e dos restos fósseis deixados nos solos das grutas e no interior dos casqueiros que se espalham por todo o litoral marítimo e dos grandes rios do Brasil e continuarão a ser implacavelmente destruidos pela inconsciência se o poder público não se mover em sua proteção [59].

Essa dissensão entre "histórico" e "artístico", segundo Chagas também não fôra muito bem resolvida para o próprio Mário de Andrade que em face do projeto de criação do Serviço

---

[58] Funari e Pelegrini consideram que a ampliação da noção de patrimônio histórico para patrimônio cultural data das últimas décadas do século XX e acrescentam: "[...] A perspectiva reducionista inicial, que reconhecia o patrimônio apenas no âmbito histórico, circunscritos a recortes cronológicos arbitrários e permeados por episódios militares e personagens emblemáticos, acabou sendo aos poucos, suplantada por uma visão muito mais abrangente. A definição de patrimônio passou a ser pautada pelas referências culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis" (FUNARI; PELEGRINI: 2006: 31-32). A partir desta análise percebemos como as visões de Duarte e Mário de Andrade em relação ao assunto estão à frente das mentalidades da época.

[59] MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) – Pasta: Decretos, leis, pareceres e portarias. Texto de Paulo Duarte abordando legislação e destruição de sambaqui.

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e das suas teses sobre a organização dos museus teve que abordar esses aspectos:

> Por mais que se busque o estabelecimento de critérios claros, a separação dos bens culturais de acordo com princípios temáticos, tais como a história e a arte, passa necessariamente pelo campo do arbítrio. Apesar de toda a argumentação desenvolvida no anteprojeto, a distinção temática dos acervos revelou-se muito menos simples, muito menos resolvida do que julgava Mário de Andrade, e isso em virtude de questões técnicas, culturais, econômicas e políticas. De qualquer modo, é interessante observar como o autor do anteprojeto defendia a valorização do critério histórico, e não do meramente artístico, para definir o tombamento (CHAGAS, 1999:80).

Enfim, a distinção de bens culturais e a sua inclusão em qualquer uma das categorias, histórica ou artística, foi objeto de análise de diversos autores, os quais ressaltaram quase que de forma unânime que a inclusão do patrimônio em uma das categorias de conhecimento implica no reducionismo de significados interdisciplinares e que a especialidade de estudo de dada instituição museológica contribui para a escolha de um viés da apresentação de um determinado patrimônio cultural restringindo sua análise. Para Ballart:

> […] estes museus costumam ser de diferentes disciplinas; uns são de artes decorativas, outros são de história, outros de ciência e técnica e ainda outros são museus locais que têm coleções diversas que representam feitos da história cultural da comunidade. Nesta passagem para os museus, os objetos inevitavelmente perdem parte do seu significado social original, porém ao chegar ao seu destino tendem a ser contemplados ainda mais restritamente em função da obediência disciplinar do museu ou das preferências dos conservadores, sobressaindo só uma das diversas leituras que ainda o objeto pode proporcionar[60] (BALLART, 1997:82).

Com as idéias acima também concorda Pomian ao afirmar que:

> '[...] certas peças de colecção são fonte de prazer estético; que por outras – e por vezes são as mesmas – permitem adquirir conhecimentos históricos ou científicos'. Enfim, observa-se que o facto de as possuir confere profundo prestígio, enquanto testemunham o gosto de quem as adquiriu, ou as suas profundas curiosidades intelectuais, ou ainda a sua riqueza ou generosidade, ou todas essas qualidades conjuntamente. Não é caso para espanto, então, que se encontrem pessoas que queiram apropriar-se de tais objectos e que

[60] Texto original: "[…] estos museos acostumbran a ser de distintas disciplinas; unos son de artes decorativas, otros son de historia, otros de ciencia y técnica y aun otros son museos locales que tienen colecciones diversas que representan rasgos de la historia cultural de la comunidad. En este transito hacia los museos los objetos inevitablemente pierden parte de su significado social original, pero al llegar a su destino tienden a ser contemplados aún más restringidamente en función de la obediencia disciplinar del museo o de las preferencias de los conservadores, primado sólo una de las diversas lecturas que aún puede deparar el objeto".

> para atingirem este fim sacrifiquem uma parte das suas fortunas; ou outras que, não podendo apropriar-se de tais objectos, queiram ter pelo menos o direito de olhá-los. Donde o aparecimento de uma procura, que atribui um valor aos objectos que virtualmente são peças de colecção, e cria um mercado. Donde também a pressão exercida sobre o Estado para que se torne possível o acesso a estes bens àqueles que não podem comprá-los nem o prazer estético, nem os conhecimentos históricos e científicos, nem o prestígio (POMIAN, 1984: 54).

No caso de Paulo Duarte, a luta na Assembléia para aprovação do projeto de lei n.279 concerne à pressão exercida sobre o Estado, citada por Pomian. Pois, o propósito de Duarte e do seu grupo era tornar possível o acesso aos bens culturais para obter o êxito na proposta de desenvolvimento da nação pela cultura tentando esquivar-se do condicionamento de reflexos políticos e interesses pessoais para a implementação de propostas. Duarte enfatizou estes propósitos em carta à Nino Gallo: "[...] ninguém melhor do que você sabe em que constitui a minha atividade política dos últimos tempos inteiramente voltada para as iniciativas culturais, em que vejo o único remédio capaz de melhorar a nossa pobre terra".[61]

Após as críticas recebidas em torno das questões de divisão sobre o histórico e o artístico, o projeto de lei n.279 voltou para a última votação em plenário, quando houve uma intervenção do deputado Nelson Otôni de Resende, o qual segundo Duarte, representava um grupo de artistas que defendiam interesses pessoais e, portanto, eram contrários ao projeto. O grupo representado pelo deputado Ôtoni justificou que o Conselho de Orientação Artística não fôra consultado para o desenvolvimento da proposta do projeto de lei. O deputado Paulo Duarte rebateu as acusações alertando que o próprio Conselho estava de acordo com o projeto. Para Duarte, Lopes de Leão (presidente do Sindicato dos Pintores) pretendia transformar a sua condição de guardião provisório da Pinacoteca em dono efetivo da Instituição, intento atrapalhado pelo Projeto (DUARTE, 1977: 11-17).

As infindáveis dissensões na Assembléia Legislativa, além de apontarem para a defesa corporativa de interesses relacionados com as questões patrimoniais e políticas demonstraram a total falta de compreensão de alguns setores sociais da postura inovadora de proteção ao patrimônio cultural ocorridas no âmbito paulista. As discussões suscitadas por Fairbanks apontam algumas questões:

> Começa ele lembrando que não se pode comparar a proteção ao patrimônio histórico da Europa com o Brasil, pois aqui nada se fez até agora. Além do mais, aprovar uma lei destas em São Paulo seria pôr o carro adiante dos bois, pois não possuímos uma lei de caráter

[61] Carta de Paulo Duarte a Nino Gallo em 17/11/1937 (DUARTE, 1977: 81).

> nacional, a única que irá existir nem foi ainda promulgada (Duarte, 1977: 22).

Ao criticar o projeto de lei, Fairbanks apontou para as ações inovadoras do grupo de Paulo Duarte em relação à proteção dos bens patrimoniais, pois afirmou que até aquele momento, nada se fizera em relação ao patrimônio cultural[62]. O deputado Fairbanks inconscientemente denotou importância às ações do grupo que compunha o Governo Paulista e demonstrou os caminhos de renovação cultural, principalmente, no que concerniu à política patrimonial.

As interferências realizadas pelos deputados no momento da aprovação do projeto de lei estadual tiveram como conseqüência o adiamento da criação do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo, pois à implantação do Estado Novo, a Assembléia foi dissolvida e o projeto não foi aprovado. O grupo de Duarte fez os últimos esforços para a obtenção da promulgação da lei de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que aprovada na Câmara dependia da assinatura de Getúlio Vargas.

> O Rodrigo Melo Franco escreveu-lhe pedindo socorro, pois não poderá continuar a trabalhar se o projeto não for lei mesmo e ele, Rodrigo, escreveu ao Mário pedindo uma intervenção minha junto ao Alcântara Machado, pois ouviu dizer que este só faz referências boas a mim, e um pedido do Alcântara ao Getúlio é atendido. Se Getúlio promulgar a lei, diz o Mário será facílimo do Cazuza[63] fazer a mesma coisa aqui com o nosso projeto que ficou na Assembléia, porque nele é que foi calcado o projeto de lei federal. A princípio me arrepiou escrever ao Alcântara, mas enfim 'Paris vaut une messe'[...]. Escrevi ao Alcântara uma carta mais ou menos cerimoniosa falando apenas na importância da lei federal e perguntando se ele não teria um jeito de conseguir a promulgação do ditador (DUARTE, 1977: 84).

As conjunturas políticas advindas da implantação do Estado Novo e as incertezas em relação à ocupação de cargos necessitaram de outras providências do grupo, como por exemplo, a solicitação de Paulo Duarte ao novo governante de São Paulo para que ele interviesse no caso pedindo ao Alcântara Machado que procurasse o Ministro Capanema para solicitar a assinatura de Getúlio Vargas promulgando o projeto. No encontro com o governador interino, Duarte também pediu auxílio para o projeto estadual paralisado, no

---

[62] Esta afirmação de Fairbanks foi rebatida pelo deputado Paulo Duarte, que afirmou a existência de leis sobre o assunto apesar do número reduzido. No livro Contra o Vandalismo e o Extermínio, Duarte comentou: "No Brasil, onde o assunto é, por assim dizer, uma novidade, as poucas leis existentes elaboraram-se todas elas calcadas em estudos do que têm realizado os países onde a materia foi nitidamente resolvida. Assim, vemos que o decreto 24.725, de 1936, em seu artigo 73, já determinava a organização, pelo Museu Nacional, de um catalogo, tanto quanto possível completo, dos objetos históricos e artísticos de notavel valor, existentes no Brasil (DUARTE, 1938: 299).

[63] O governador interino Cardoso de Melo Neto.

entanto, somente obteve a promulgação do projeto federal[64]: “Graças à minha intervenção junto ao senador Alcântara Machado e à boa vontade deste, foi finalmente assinado pelo ditador o Decreto-Lei nº 25 criando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (DUARTE, 1977: 88).

Dessa forma, verifica-se como os meandros da situação política dificultaram o prosseguimento dos trabalhos desenvolvidos por este grupo de intelectuais, pois conforme assinalaram FUNARI e PELEGRINI (2006: 47) “[...] as políticas públicas devotadas à proteção patrimonial têm cambiado de acordo com os conceitos de identidade nacional dos governos que se sucedem no poder”.

O outro aspecto que se deve evidenciar é a perspectiva nacional que compreendeu as atividades culturais, pois as Instituições a princípio pareciam regionalizadas, mas havia a idéia de expansão por todo o território nacional conforme o caso, já discutido nesse capítulo, de criação do Instituto Paulista de Cultura. A crença pelo grupo de Paulo Duarte da existência da probabilidade de Armando S. Oliveira tornar-se presidente, permitiu a elaboração de vários projetos culturais em grande escala. Para o grupo, os objetivos somente seriam alcançados mediante a implantação de empreendimentos por todo o território nacional. Portanto, as propostas de lei referentes aos Serviços de Proteção Patrimonial tiveram a mesma base e característica, fato que permitiria a atuação ampla e não conflitante entre as leis nacionais e regionais.

Com a legislação do patrimônio arqueológico nos decênios de 50 e 60, apesar das diferenças contextuais que direcionam a abordagem para novas instâncias políticas e econômicas, pôde-se identificar nas mentalidades do período, que a perspectiva de atuação no âmbito nacional não desapareceu. Apesar da legislação preservacionista em relação ao patrimônio arqueológico iniciar-se nos estados do Paraná e São Paulo, Duarte lutou pela implantação da legislação de proteção no quadro nacional. A inexistência dessa lei impedia a aplicação de atividades de fiscalização e mecanismos de proteção, pois a legislação estadual entrava em confronto com algumas disposições nacionais anulando a validade dos dispositivos regionais. No âmbito do segmento patrimonial arqueológico também não havia uma política nacional, algumas práticas foram desenvolvidas com base em esforços pessoais como, por exemplo, o de Loureiro Fernandes no Paraná, Luis de Castro Faria no Rio de

[64] A pedido de Mário de Andrade, Duarte achou melhor dar andamento às possibilidades de aprovação do projeto de lei nacional, pois, se o estadual saísse antes poderia melindrar Capanema, que solicitou a elaboração do projeto de criação do Serviço de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DUARTE, 1985: 154).

Janeiro e o próprio Paulo Duarte em São Paulo, que tentou implementar ações conjuntas de preservação e pesquisa no campo arqueológico.

Essa visão da ampliação de propostas culturais em escala nacional conduziu à interpretações que abordam a busca do domínio político paulista perdido nas Revoluções de 30 e 32 através da implantação de projetos hegemônicos que seriam desenvolvidos pelo Brasil através do Departamento de Cultura (SANDRONI, 1988 apud BARBATO JR., 2004:79).

A Campanha Contra o Vandalismo e o Extermínio também adquiriu para alguns adeptos, que enviaram cartas a Duarte em prol do patrimônio, um caráter fortemente regionalista a medida que exaltavam a iniciativa paulista. Nas palavras de Francisco da Silva Jr.[65] podemos verificar tal afirmação:

> [...]Surpreendeu-me, devéras, o espírito de imitação com que estamos a dotar as vulgaridades de Hollywood, com o qual revelamos ao mundo a nossa falta de originalidade e o nosso desprezo pelas pequenas coisas que deveriam refletir um caráter próprio [...].
> Nós, paulistas, devemos dar um exemplo ao Brasil inteiro, para que reconstruamos e preservemos, em todos os rincões do país, o que resta do nosso passado histórico, afim de que não troquemos até essas características nacionais por tudo que nos seja alheio [...] (DUARTE, 1938: 244-245).

Nesta declaração aparecem claramente os princípios modernistas[66] que são aplicados às instituições culturais e imprimiram marcas na política dos anos 30. "[...] a falta de originalidade e o desprezo pelas pequenas coisas que deveriam refletir um caráter próprio[...]", nada mais são do que elementos de busca das singularidades brasileiras proclamadas por Mário de Andrade que afirmou que "[...]as raças são acordes musicais [...]" e "[...] Quando realizarmos o nosso acorde, então seremos usados na harmonia da civilização [...]" [67] (ANDRADE apud CHAGAS, 1999: 53-54).

Ao nos depararmos com a afirmação de Francisco da Silva Jr. sobre o dever dos paulistas em "dar exemplo ao Brasil inteiro", encontramos realmente o aspecto que alicerçaria a idéia da busca de hegemonia paulista. A imutabilidade das características nacionais seria responsável pela reafirmação da "raça"[68]como um conjunto de qualidades humanas que

---

[65] Remetente da carta enviada a Paulo Duarte cujo título era: "Impressões de um brasileiro residente nos Estados Unidos" e publicada em (Duarte, 1938: 244-249).

[66] Os princípios que são incorporados aos anos 30 apresentam a responsabilidade de repensar a transformação da nação definindo o que era moderno e identificando a particularidade nacional a partir de noções de brasilidade, estabelecendo a mediação entre o futurismo tecnológico e o nacionalismo conservador (HARDMAN, s.d.: 294).

[67] ANDRADE, Mário. A lição do amigo: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro: Record, 1988.

[68] Apesar do alerta por parte de Duarte em relação ao cuidado que se devia ter para com a utilização da palavra "raça", ela foi usada diversas vezes por Mário de Andrade com a conotação de nação. Parece-me que o vocábulo

devem contribuir para o universal, ou seja, a harmonia da civilização. O passado histórico, ou o patrimônio cultural seria o mecanismo revelador das singularidades nacionais.

Para alguns autores essa busca pelo passado funcionaria como um mecanismo simbólico de integração e mobilização social, que fôra perdido pelas grandes transformações do urbanismo. Essas idéias se adequaram ao momento de transformação urbana pela qual passou São Paulo nos anos 20 e 30. Para Sevcenko:

> Essa busca pelo popular, o tradicional, o local e o histórico não era tida também como menos moderna, indicando muito ao contrário uma nova atitude de desprezo pelo europeísmo embevecido convencional e um empenho para forjar uma consciência soberana, nutrida em raízes próprias, ciente de sua originalidade virente e confiante num destino de expressão superior. Naturalmente, nem o deslocamento e a desagregação provocados pela urbanização vertiginosa, nem a ameaça onímoda representada pela cosmopolização maciça de São Paulo eram fenômenos indiferentes a essa reação. Introduzir novos laços, a pretexto de resgatar elos, seria uma forma de forjar vínculos simbólicos que substituíssem nexos sociais e políticos que os novos tempos e suas condições haviam corroído. Corrosão essa que vinha ocorrendo tanto nas relações entre as pessoas e grupos quanto nas consciências individuais e nas identidades coletivas (SEVCENKO, 1992: 237).

Portanto, para evitar a confusão, o desamparo e a solidão do indivíduo pela tradição cultural perdida, haveria a substituição por uma nova cultura moderna composta de pauta cultural uniformizadora (BALLART,1997: 226).

A uniformidade cultural modernista responsável pela civilização deveria compor-se de elementos como o civilismo, o patriotismo, a educação, o orgulho, a confiança e a valorização do povo. Todos esses tópicos apareceram em vários momentos de manifestação de apoio à Campanha Contra o Vandalismo e o Extermínio.

O artigo de Plínio Ayrosa referente à Campanha publicado no jornal “O Estado de São Paulo” em 16/06/1937 comentou o desinteresse do governo pelos assuntos culturais e a falta de conhecimento da população sobre a importância do seu patrimônio histórico e artístico e atribuiu às elites a função de educar a população através da preservação patrimonial (DUARTE, 1938: 171).

---

utilizado por Mário de Andrade pretendia mais um efeito literário, enquanto Duarte era muito cuidadoso com esta terminologia devido às implicações que tiveram no contexto da II Guerra Mundial. Duarte declarou: “De fato a pouca ciência que aprendi me ensinou que existe uma nação norte-americana, mas não existe uma raça norte-americana; que existem raças amarelas ou existiu uma raça branquicéfala, embora existam muitas nações e povos de amarelos; que existe um povo judeu ou se quiserem uma religião judáica, mas jamais uma raça judaica [...]” (DUARTE, 1985: 207).

A educação pelo patrimônio apareceu em outras adesões à Campanha ressaltando a importância e o respeito ao passado como índice de cultura e civilização de determinada população. Dentro deste contexto Plínio Barreto afirmou:

> O teu projeto vai concorrer, penso eu, para a educação de nossa gente, habituando-a a estimar o que os avós legaram e a verificar que o patrimônio artístico de um país é o melhor indice, índice insubstituível, da sua cultura e civilização. Povo sem respeito ao passado, povo indiferente ás manifestações artísticas e ás reminiscencias historicas dos seus maiores não é povo com a consciência plena de seu valor, nem está aparelhado para fazer grandes coisas contra o vandalismo e o extermínio[69] (DUARTE, 1938: 226).

O patrimônio, além de responsável pela educação popular, exerceria a função de termômetro do desenvolvimento cultural e civilizador, bem como não lhe escaparia o papel de elemento propulsor da auto-estima, da confiança nacional e a caracterização de estimulante da consciência cívica e patriótica, também seria o cultor de virtudes intelectuais e morais. Em meio a tantas atribuições, cabia ainda ao patrimônio cultural o estabelecimento do sentimento de identidade e pertencimento. Em entrevista ao Diário da Noite, Corrêa Jr. apontou esta série de propriedades denotadas a estas referências patrimoniais e ao ressaltar alguns dos trechos dessas declarações podemos perceber a importância da preservação deste elemento simbólico e a sua utilização para os propósitos de Duarte e o seu grupo:

> Precisamos olhar, com seriedade, para as cousas do nosso passado, velando pelos nossos monumentos historicos e criando, para o espirito das gerações a que vai ser confiado o futuro de nossa patria um ambiente propicio á germinação do mais acendrado civismo e da mais solida fé nos destinos nacionais. Velar pelo que nos legaram os nossos antepassados, como obra capaz de suscitar o justo orgulho de nossa gente e de lhe estimular as nobres virtudes intelectuais e morais, é prestar relevante [sic] serviços ao país, proporcionando-lhes novos anseios de cultura e dando-lhe novos elementos de confiança em si mesmo.
>
> O que tenho a assinalar, como obscuro mas sincero crente da maravilhosa influencia da arte e da historia sobre a formação espiritual dos povos é o aspecto eminentemente educativo e profundamente patriotico do referido projeto, elaborado com alto sentimento de bem servir a São Paulo e ao Brasil[70] (DUARTE, 1938: 250-251).

De acordo com Francisco da Silva Jr. que conclamou os paulistas para dar exemplo ao Brasil, Corrêa Jr. também coloca a Campanha e o projeto de criação do Serviço de Patrimônio

---

[69] Carta de Plínio Barreto em apoio à "Campanha Contra o Vandalismo e o Extermínio" a Paulo Duarte em 17/09/1937.

[70] Entrevista de Corrêa Jr. ao "Diário Nacional" em 09/11/1937.

como elemento patriótico e educativo, bem servindo a São Paulo e ao Brasil. Portanto, na Campanha Contra o Vandalismo e o Extermínio reaparece o caráter regionalista das ações culturais apresentando-se uma perspectiva hegemônica de disseminação cultural por todo o território nacional. Amadeu Amaral, anos antes, considerava que a preferência de Olavo Bilac em lançar outra campanha, a nacionalista de 1915, na cidade de São Paulo tinha como motivo a caracterização da metrópole como: "[...] uma cidade nacional, centro de convergência, foco de irradiação de energias brasileiras, de idéias brasileiras, de inspirações brasileiras"[71] (SALIBA, 2002: 195). Para Paulo Duarte, nos anos 30, o caráter hegemônico paulista muitas vezes foi ressaltado devido ao medo e inquietude por parte da burguesia e conservadores mediante o levante comunista. Tanto Armando S. de Oliveira como Fábio Prado em discursos de 25/01/1936 enalteceram este caráter regionalista. O discurso de Armando S. Oliveira "Começa elogiando o regionalismo que, longe de amortecer a unidade nacional, dá-lhe vida e colorido. Unidade não significa uniformidade. Defende assim um certo espírito regionalista de São Paulo que, no entanto, não renega o Brasil" (DUARTE, 1976: 144-145).

Independente do caráter regionalista da Campanha era evidente para este grupo de intelectuais a necessidade do desenvolvimento de mecanismos de preservação patrimonial e implantação de instituições preservacionistas pensadas não somente para São Paulo, mas com implicações para todo o Brasil.

Outra característica da Campanha que se deve ressaltar para este trabalho é o aspecto preservacionista em relação ao patrimônio arqueológico. Apesar da evidente importância que o patrimônio do período colonial denotou para as idéias de brasilidade funcionando como elemento aglutinador das diversas etnias nacionais, o patrimônio arqueológico e etnológico não destoou destes propósitos, pois, o indígena, como elemento étnico que contribuiu para a formação do popular e do sertanejo, também não perdia a sua função no papel de construção da nação.

Assim, os exemplos de alerta para a preservação do patrimônio arqueológico (do período colonial ou pré-colonial) foram abundantes no âmbito da Campanha Contra o Vandalismo e o Extermínio. Em relação ao patrimônio arqueológico do período colonial,

---

[71] Conforme Elias Tomé Saliba: "[...] arquivos de cartas mostram a outra idéia de Bilac em relação a cidade – 'São Paulo é uma bexiga. Isto não vale dois caracóis [...] Receberá qualquer dia notícia de minha morte não posso viver numa terra onde só há frio, garoa, lama, republicanos, separatistas, camelôs e tupinambás [...] Que estúpida cidade é São Paulo! Que gente pérfida, que clima impossível!´. "Mas Bilac era então admirado não apenas por Amadeu Amaral e Júlio de Mesquita Filho – que é claro, desconheciam sua correspondência – mas por toda a nova intelectualidade paulista, incluindo os jovens Oswald de Andrade e Mário de Andrade." (SALIBA, 2002: 196).

Duarte narrou vários sítios encontrados. Os dois exemplos que seguem narram a diversidade dos elementos patrimoniais. Em relação ao primeiro sítio, Duarte comentou:

> Em Santos, quanta coisa irremediavelmente perdida! Atraz do morro de São Jorge, à esquerda do velho Enga-Guassú, ainda erguem para o ar, mostrando ao céu a sua miséria, vestígios da quatricentenaria "Fazenda do Trato", o primeiro engenho da Capitania de São Vicente, que o proprio donatario fundou, do qual Jorge Erasmo Scheter foi sucessor e os piratas de Cavendish incendiaram (DUARTE, 1938: 36-37).

Em vista do segundo sítio Duarte narrou:

> E encontramos os restos da primeira metalúrgica do Brasil! Dentro de uma capoeira cerrada, até os fornos, em ruínas, da histórica fundição paulista! A sua ancianidade era atestada por uma enorme perobeira que nascera dentro mesmo dos fornos esborcinados, quase destruídos (Duarte, 1976: 99).

Em relação ao patrimônio arqueológico do período pré-colonial, a narrativa de Duarte sobre a destruição dos sambaquis em 1936 prenunciou o foco das suas pesquisas e ações em prol da preservação nos anos 50 e 60:

> Ainda ha poucos meses, á margem esquerda do rio Itanhaen, á beira da estrada de ferro, um montão branco revelava os despojos de um desses possíveis preciosos monumentos archeologicos. Em meio a massa branca das conchas, muitas de espécies já desaparecidas, despontavam fragmentos amarelados de ossos humanos, detalhe imprescindivel dessas caieiras, que desaparecem totalmente, sem que até agora um só estudo fosse feito sobre elas; sem que até agora os poderes publicos não se tivessem animado a custear uma missão para desmontar e pesquisar cientificamente uma dessas fontes prehistoricas, talvez as únicas capazes de trazer alguma certeza sobre as origens remotas do homem sul-americano! (DUARTE, 1938: 37).

Para Plínio Ayrosa, a ausência de instituições preservacionistas era a principal causa de destruição do patrimônio, pois essas instituições além da promoção da educação tradicionalista, também seriam responsáveis pelo desenvolvimento do "amor ao passado". Ayrosa abordou a importância de museus, galerias, salas de música, conferências entre outros, para o desenvolvimento e o fortalecimento das relações "entre o povo e as coisas da terra", bem como a dissolução de idéias errôneas a respeito dos índios brasileiros. Essas instituições como divulgadoras de novas idéias educariam a população para a preservação[72] (DUARTE, 1938: 172-176).

[72] Artigo de Plínio Ayrosa referente à "Campanha Contra o Vandalismo e o Extermínio" publicado no jornal "O Estado de São Paulo" em 16/06/1937.

Portanto, foi no horizonte da educação, que os museus adquiriram papel fundamental para esse grupo de intelectuais. No Departamento de Cultura houve várias referências à criação de museus e aquisição de acervos, bem como o desenvolvimento de idéias sobre o papel social das instituições museológicas.

Mário de Andrade no âmbito da Campanha Contra o Vandalismo e o Extermínio" alertava Duarte que chegara o momento de se estabelecer um viés mais prático em relação ao patrimônio, com ações pautadas pela feitura de legislação, reunião de mecenas, desenvolvimento da iconografia de restos e ruínas, publicação de documentação e organização das instituições museológicas. Em carta de apoio à Campanha, Mário de Andrade alertou:

> [...] Outra coisa que me parece de enorme e imediata necessidade é a organização dos museus. Mas pelo amor de Deus! Museus à moderna, museus vivos, que sejam um ensinamento ativo, que ponham realmente toda a população do Estado de sobreaviso contra o vandalismo e o extermínio [...].
> [...] haverá visitas obrigatórias, em dia de trabalho, de operários, estudantes, crianças, etc. Visitas vivas, sem conferência de hora, mas acompanhadas de explicador inteligente. Sem isso não haverá museu, mas cemitério. Sem isso, sem o auxílio do povo, esclarecido, jamais conseguiremos nada de permanentemente eficaz contra vandalismo e extermínio[...](DUARTE, 1985: 151-154).

Ao revelar como deveria organizar-se a instituição museológica, Mário de Andrade enfatizou o papel do museu como meio de comunicação de massa, responsável pela pesquisa, vulgarização e popularização do conhecimento para público amplo e variado, com acesso às atividades educativas pelas quais tornar-se-iam informados e transformados em aliados dos processos de preservação. Portanto, uma mentalidade totalmente inovadora à medida que as questões de extroversão do conhecimento científico frente aos processos museais são elementos de discussão colocados pela contemporaneidade.

A organização dessas instituições preservacionistas iniciou-se pela implementação de aquisição de acervo diversificado e no desenvolvimento de atividades variadas no âmbito do Departamento de Cultura. Dentre estas idéias de organização institucional pode-se destacar o Museu da Palavra, o Museu Popular e os Museus Municipais, bem como as propostas de criação de novas instituições cujas referências foram encontradas no projeto de lei do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo, que previu a criação de Museu Arqueológico e Etnográfico, Museu Histórico e o Museu de Arte Aplicada e Técnica Industrial e organização do Museu de Artes Plásticas.

O museu da palavra seria composto pelo arquivo da palavra, o qual continha registros comparados de vozes de homens ilustres do Brasil e homens do povo enfatizando a diversidade das pronúncias (DUARTE, 1985: 63).

O museu popular previa a reprodução de obras de grandes pintores solicitadas em museus norte-americanos e europeus, como o Louvre. As coleções de reproduções de pintura e escultura tinham a pretensão de trazer para São Paulo um acervo representativo de escolas variadas e previa-se a disseminação dos museus de arte por várias cidades do interior.

> Mas não se poderia estender a todas as cidades e cidadinhas e a todos os seres a possibilidade de ver as obras geniais da humanidade? Por dois lados o problema é solucionável. Os grandes museus começaram a viajar. Não são apenas as grandes retrospectivas, as exposições internacionais que fazem a Holanda ou Florença mandarem a Paris os seus tesouros. Mais importantes que isso eram os museus das capitais mandarem para as províncias partes escolhidas com sistema, das suas coleções. Mas também essas coleções não podiam ficar um ano em cada cidadinha, sem prejuízo cultural das capitais. Tinha-se que apressar o valor educativo dessas exposições efêmeras. Sistematizaram as visitas coletivas de estudantes, de operários, dotadas de explicador. Sistematizaram as conferências com os exemplos ao alcance da mão.
> O progresso técnico da reprodução das obras é que veio trazer a milhor solução do problema. Hoje qualquer Mogi das Cruzes pode ter a sua Gioconda, impossível à primeira vista de distinguir da legítima[73] (ANDRADE, 2005: 128).

Nessa perspectiva de organização nacional pela cultura através da educação popular, os museus municipais teriam um papel de destaque e aglutinariam acervos arqueológicos, folclóricos, históricos, artísticos, de ar livre e indústria. O município ofereceria o edifício e "Um caipira mesmo viria construir sua taipa. A indústria? As próprias fábricas forneceriam os gráficos, os produtos, os desenhos e explicações de seu funcionamento, em grandes quadros de adôrno das paredes" (DUARTE, 1985: 152).

Mário alertou que tais ações proporcionariam "[...] um maior nivelamento geral de cultura, que sem destruir a elite, a torne mais acessível a todos, e em conseqüência lhe dê uma

---

[73] Novamente nas palavras de Mário de Andrade apareceu a ambigüidade em relação à imitação da Europa. Apesar de falar da falta de interesse na cópia européia verifica-se que o projeto foi calcado em experiências dos museus de arte europeus, contudo, Mário de Andrade voltou a ressaltar a peculiaridade nacional. "[...] compreende-se porque o museu de artes, principalmente o de artes, levou finalmente a idade moderna ao museu popular. Como se poderia defini-lo? O Museu Popular é o instituto que tem o destino de pôr as suas coleções ao alcance de qualquer compreensão.
Já existem na Europa museus de artes compostos de reproduções. Mas o que nos interessa aqui não é a Europa, somos nós. A atuação da America, em relação ao assunto museus de artes, tem sido até agora perfeitamente ridícula. Está claro que nem mesmo a gente reunindo todas as obras de bons autores e de boas épocas, existentes em todos os museus e todas as coleções particulares de todas as duas Américas, se conseguiria formar um só Museu do Prado" (DUARTE, 2005: 130).

validade verdadeiramente funcional" (DUARTE, 1985: 153). Dessa forma, ao enfatizar o caráter pedagógico dos museus, Mário de Andrade atribuiu a estas instituições a responsabilidade de formar o povo contra o vandalismo e o extermínio, pois, para o escritor: "Defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização" (DUARTE, 1985: 154).

Nessa concepção museológica verificou-se a influência das Exposições Universais que foram muito populares no período de 1851 a 1938, nelas, além da apresentação de princípios científicos e tecnológicos modernos, promovia-se o encontro entre as Artes Populares e a Indústria, símbolo de urbanismo e modernidade. Tal conjunto contrapunha-se aos elementos do passado, originais, exóticos, primitivos recriados em ambientes originais acabavam por despertar a curiosidade e a nostalgia do visitante. Dessa maneira, a desestabilização, a desintegração e segregação da sociedade moderna transmutavam-se em características de origem, de unidade pátria, e sentimento de reconhecimento e pertencimento entre os grupos (SEVCENKO, 1992; BALLART, 1997; BARBUY, 1999).

Portanto, os elementos simbólicos de coesão através da mistura do moderno e do passado, a particularidade nacional representada pelo exotismo da cultura popular ou primitiva e a funcionalidade educativa das instituições museológicas, eram possibilidades práticas de construção do imaginário moderno e da organização pátria pela cultura nacional e estão representados na caracterização dos museus municipais.

Os museus também foram objeto de teorização para Mário de Andrade. O escritor visualizou a divisão dessas instituições em quatro categorias: a- arqueológica, ameríndia e popular, b- histórica, c- erudita nacional - erudita estrangeira e d- aplicada nacional , aplicada estrangeira. Na categoria arqueológica, ameríndia e popular seriam contemplados os museus arqueológicos e etnográficos, os quais deveriam preservar objetos, monumentos, jazidas arqueológicas (sambaquis) e também a paisagem (CHAGAS, 1999:98).

A nova proposta de organização para os museus proporcionaria uma ordenação da memória, selecionando no passado elementos que corroborassem os ideais modernistas de construção da brasilidade pela abordagem Etnológica e Sociológica, analisando as pessoas para entender o Brasil, para enxergar ou construir a nação.

O processo de obtenção de acervos para os futuros museus implementados pelo Departamento de Cultura ocorreu através das expedições científicas desenvolvidas pelos intelectuais ligados ao Departamento de Cultura. A expedição realizada pela Missão de Pesquisas Folclóricas obteve acervo através da coleta orientada cientificamente[74], dentro dos

[74] A organização das instituições culturais pautadas por métodos científicos foi motivo de dissensão entre os modernistas, pois, aqueles que aderiram a segunda fase do Movimento Modernista em 1924, como Oswald de

padrões do registro antropológico como diário de campo e registro de áudio, resultando em "[...]179 discos de vários tamanhos, com cêrca de 1300 fonogramas e algumas melodias gravadas, além de objetos de museu, películas e fotografias, em conexão com material musical colhido" (DUARTE, 1985: 64).

O envolvimento de Mário de Andrade com a Sociedade de Etnografia e Folclore que se desenvolvia com a colaboração Dina Lévi-Strauss também resultaria em coleções para o Departamento de Cultura à medida que Dina acompanharia seu marido, Claude Lévi Strauss à expedição junto aos índios de Mato Grosso e doaria parte das coleções para o Departamento (DUARTE, 1977: 13-14).

Os acervos dos museus municipais seriam compostos, como acreditava Mário de Andrade, por doações dos munícipes, os quais ofereceriam objetos arqueológicos, folclóricos, históricos ou artísticos.

A organização do museu da cidade era outra proposta que contaria com "[...] objetos ligados à cidade, documentos antigos, publicados ou particulares, mobília, arte popular, fotografias, todos os objetos de valor ou evocativos da vida paulistana e que chegassem ao seu poder. Limitar-se-ia a coisas relacionadas exclusivamente com o Município da Capital, para diferenciar-se do Museu do Ipiranga" (DUARTE, 1985: 103).

Assim, "Descobriu-se que êle [museu] era realmente elemento de cultura"(ANDRADE, 2005: 127). E como elemento cultural era apropriado para os propósitos organicistas do grupo de Duarte.

As teses, referências e experiências na organização dos museus e aquisição de acervo influenciaram as ações de Paulo Duarte, quando este se dedicou à organização das instituições museológicas no contexto arqueológico.

A idéia de re-organização do Museu Paulista desde 1937, com base nas teorias de Mário de Andrade, já antevia a subdivisão desta Instituição em dois museus, um de História Natural e outro de História Universal ou História do Brasil (DUARTE, 1977: 17).

No período em que Duarte se dedicou a Pré-História, o jornalista voltou à discussão de divisão do Museu Paulista para o melhor aproveitamento do acervo. No entanto, a idéia de divisão apresentou uma nova conformação: um museu seria Histórico e o outro museu

---

Andrade, por exemplo, criticavam o "lado doutor" na construção do passado buscando elementos de construção da brasilidade. Para Oswald, o passado brasileiro seria recuperado e re-inventado pela poesia chamada pau-brasil, pela qual seria restaurado o passado brasileiro através do lirismo, exaltação da terra e da natureza, presentes no Romantismo e o primitivismo. A idéia era re-inventar o "moderno" na tentativa de integração do aspecto natural. Para Oswald de Andrade deveria haver uma síntese entre referências que parecem antagônicas como "dados culturais bárbaros nossos" e "turbinas elétricas", "a floresta e a escola", "o progresso e o Museu Nacional" (MORAES, 1976: 86-96). Para Mário de Andrade, a arte teria o componente militante com a finalidade de organização nacional e não somente deveria enquadrar-se na arte pela arte.

comporia uma instituição de Etnologia e Pré-História, a qual apresentar-se-ia sem restrição de limites geográficos e políticos nacionais devido às especificidades dos estudos arqueológicos. Porém, Duarte confirmou a crença na capacidade de instrução pela instituição museológica e apontou como foco das atividades institucionais a Comunicação Museológica[75], pois essa seria responsável pela extroversão dos conhecimentos científicos. A pesquisa científica continuaria a desempenhar o papel de total relevância na construção do conhecimento e na organização institucional. Portanto, o Museu do Homem Americano comporia com distinção o Instituto do Homem Americano[76].

A teoria de organização dos museus proposta por Mário de Andrade e compartilhada por Paulo Duarte, colocadas em prática, inovaria os perfis das instituições museológicas nacionais e construiria um quadro de parceria entre a Musealização e a Arqueologia, pois a ênfase no aspecto comunicacional valorizou a participação popular no interior desses organismos transformando o museu em instrumento de aproximação entre o visitante e o conhecimento científico arqueológico.

A abordagem sobre a preservação do patrimônio não tangível mostrou-se vanguardista para a época como o foi a idéia de preservação dos ecofatos[77], caracterizada no projeto nacional e regional de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico. Tanto o patrimônio não tangível como os ecofatos compõem a discussão sobre preservação na atualidade.

As pesquisas e o vandalismo, componentes díspares de destruição dos sítios arqueológicos, encontrariam nas instituições museológicas o fulcro da preservação do patrimônio arqueológico à medida que os “achados” seriam preservados nestas instituições.

Portanto, a aquisição da prática de Duarte no desenvolvimento de modelos teóricos e organicistas das instituições culturais, na elaboração de legislação, na implementação de mecanismos de preservação patrimonial ocorreram no âmbito do desenvolvimento do Departamento de Cultura.

---

[75] Alguns conceitos contemporâneos como Comunicação entendido nesse contexto museológico enquanto exposição e ação educativa, são elementos integrantes da cadeia operatória da Museologia e foram utilizados neste trabalho para denominar as ações do período estudado que estabelecem paralelos com as definições presentes. No entanto, ressalta-se que no período analisado tais expressões e concepções não existiam e não eram pensadas como atualmente.

[76] MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) – Correspondência enviada. Documento que aborda a reorganização do Museu Paulista, sem data.

[77] Funari explica que são assim chamados os vestígios do meio ambiente, também “[...] produtos de uma transformação contínua, sob o controle humano e por meio do seu trabalho, por muitas gerações” (FUNARI, 2003: 14).

Dessa forma, as amplas referências deste capítulo em relação à atuação política e cultural de Paulo Duarte e seu grupo corroboraram a idéia de que as décadas de 20 e 30 foram fundamentais para o amadurecimento das ações preservacionistas do patrimônio cultural brasileiro. No entanto, a preservação das representações de memória estavam articuladas às questões mais amplas como: a identidade nacional, a constituição de memória coletiva, a conceituação de bem cultural e a sua origem determinando o patrimônio passível de preservação e às possibilidades de uso educativo do patrimônio cultural.

Ao contrário de Mário de Andrade, mentor das idéias modernistas, Paulo Duarte, como enfatizou Cândido (1985: XV) foi "o inspirador de medidas" que permitiram a prática modernista, ou na definição do próprio Duarte: "[...] eu fui apenas um instrumento da fundação do Departamento"[78].

Como diretor da Instituição Cultural acumulando a chefia da Divisão de Expansão Cultural, Mário de Andrade teve maiores possibilidades de elaboração teórica para o desenvolvimento do Departamento. O cotidiano na Instituição permitiu, com a ajuda de outros profissionais ligados ao grupo, que Mário de Andrade elaborasse a base teórica de suas proposições modernistas através da pesquisa e organizasse mecanismos de intervenção prática no âmbito das divisões do Departamento.

Apesar de compartilhar com Mário de Andrade as decisões e as idéias sobre cultura e nação, Paulo Duarte se concentrou na viabilização dos projetos. Os contatos e embates políticos, captação de recursos financeiros, discussão dos projetos na Assembléia, escolha de pessoal, defesa das propostas, ao que tudo indica, ficaram a cargo do jornalista. Tal fato ocorreu, principalmente, pelo seu posicionamento político, proximidade do prefeito e do governador e ocupação dos cargos de assessor da prefeitura e o de deputado. Não se pode deixar de mencionar a sua desenvoltura e habilidade na utilização do jornal como meio de comunicação, para alertar sobre a destruição patrimonial mobilizando recursos humanos proeminentes em prol da Campanha de preservação.

A deflagração do Estado Novo em 1937, o exílio de Duarte e de alguns dos seus companheiros na Europa, bem como a acomodação de alguns integrantes do grupo à instalação do recente regime impossibilitaram a continuidade dos projetos culturais que abortados minimizaram a participação do Departamento de Cultura no novo projeto político-ideológico. Contudo, a apreensão dos caminhos e práticas deste período contribuiria, nos anos

[78] Museu da Imagem e do Som de São Paulo (MIS – CEDOC) – Cassete 50.1 – Mário de Andrade. Palestra proferida por Paulo Duarte em homenagem a Mário de Andrade em evento da Secretária Municipal de Cultura em 1975.

50 e 60, para a condução e concepção das práticas e mentalidades impressas no desenvolvimento da Arqueologia em São Paulo. A adição de outros fatores como decepção política, exílio, contato com outros intelectuais, vivência no período de guerras, experiências profissionais em órgãos diversificados e a inserção no conhecimento arqueológico culminaram com o desenvolvimento de práticas pioneiras para o desenvolvimento dos estudos pré-históricos em São Paulo, que ainda em alguns casos denotam importância para os processos arqueológicos atuais.

Assim, a aproximação entre as experiências culturais do Departamento de Cultura com algumas práticas arqueológicas, realizadas neste capítulo, permitiram introduzir a idéia de que o Departamento e as suas implicações culturais e preservacionistas foi o primeiro paradigma seguido por Duarte na implementação dos estudos arqueológicos em São Paulo à partir dos anos 50. A análise da parceria entre Musealização e Arqueologia analisada neste capítulo (Tabela 1)[79] além de estabelecer a articulação desta dissertação com a linha de pesquisa sobre "Musealização da Arqueologia" demonstrou as implicações das práticas museológicas para o desenvolvimento arqueológico.

Desta forma, ao voltar o olhar para o passado na tentativa de avançar nos aspectos contemporâneos relacionados às questões de preservação, extroversão e importância da ciência arqueológica devemos deslindar mentalidades e parâmetros impressos às concepções patrimoniais, às instituições culturais e museológicas, aos mecanismos de preservação, às questões de identidade e participação social inseridas no contexto de formação nacional, a fim de perceber que os estudos arqueológicos em São Paulo nos anos 50 e 60 estiveram intrinsecamente associados às escolhas políticas e culturais realizadas por intelectuais nos anos 20 e 30 e, portanto, refletiram também as ideologias deste período.

[79] Cf.Tabela 1 a seguir.

TABELA 1*

APROXIMAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA ENTRE AS INSTITUIÇÕES CULTURAIS CRIADAS POR PAULO DUARTE, DÉCADA DE 30, E OS ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS

Objetivo da análise Museológica e Arqueológica	Cadeia operatória museológica	Procedimentos museológicos de salvaguarda e comunicação	Realidade arqueológica	Recorte patrimonial	Gerenciamento e administração da memória	Preservação de bens patrimoniais	Noções de identidade e pertencimento
Diagnosticar: - O perfil geo-sócio-cultural, político e temporal das instituições idealizadas ou implementadas por Paulo Duarte e as intervenções museológicas realizadas nestes organismos. - A realidade arqueológica e as potencialidades de transformação.	- Desenvolvimento dos processos técnico-científicos como: aquisição, organização, salvaguarda e comunicação dos acervos. - Reorganização das instituições museológicas.	Salvaguarda: - Criação de instituições culturais e melhoria das condições de preservação do acervo. - Formação profissional: conservação preventiva do acervo. - Reorganização das instituições museológicas. Comunicação: - Popularização do conhecimento e educação através dos museus.	- Destruição. - Localização dos sítios e tentativa de preservação (Campanha contra o vandalismo e o extermínio).	- Concepção sobre patrimônio cultural – discussão sobre patrimônio histórico e artístico englobando o arqueológico. - Referências patrimoniais em sítios arqueológicos não preservados.	- Sustentação científica. - Modelos museológicos aplicados, posteriormente, à Arqueologia.	- Campanha contra o vandalismo e o extermínio. - Apresentação de projetos na Assembléia ligados à preservação. - Preocupação com a preservação patrimonial na criação de instituições. Exemplo- USP. - Identificação dos sítios, campanha de preservação para posterior pesquisa e institucionalização.	-Participação popular no âmbito do museu, preservando inclusive técnicas e saberes populares (patrimônio imaterial). - Patrimônio responsável pelo desenvolvimento social, noções de pertencimento à nação. - Luta por acesso aos bens culturais. - Apesar do acervo arqueológico pertencer a um grupo que constituiu a nação, as questões de formação nacional centram-se nos acervos históricos e etnológicos.

* Reflexão elaborada à partir de BRUNO, M. C. O. Musealização da Arqueologia: alguns subsídios. Texto para orientandos 2007.

This document was created with Win2PDF available at http://www.win2pdf.com.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.